

UNIVERSIDADE ESTADUAL DO MARANHÃO
CENTRO DE CIÊNCIAS SOCIAIS APLICADAS
CURSO DE FORMAÇÃO DE OFICIAIS

ALEXANDRE MAGALHÃES BRITO

**CENTRO DE EDUCAÇÃO FÍSICA E DESPORTO NA POLÍCIA MILITAR DO
MARANHÃO: uma proposta de implantação.**

São Luís
2020

ALEXANDRE MAGALHÃES BRITO

**CENTRO DE EDUCAÇÃO FÍSICA E DESPORTO NA POLÍCIA MILITAR DO
MARANHÃO: uma proposta de implantação.**

Monografia apresentada ao Curso de Formação de Oficiais da Universidade Estadual do Maranhão para a obtenção do grau de Bacharel em Segurança Pública.

Orientador: Maj. QOPM Anselmo da Silva Azevedo.

São Luís
2020

Brito, Alexandre Magalhães.

Centro de Educação Física e Desporto na Polícia Militar do Maranhão: uma proposta de implantação. / Alexandre Magalhães Brito. – São Luís, 2020.

70 f.

Orientador: Maj. QOPM Anselmo da Silva Azevedo.

Monografia (Graduação) – Curso de Formação de Oficiais, Universidade Estadual do Maranhão, 2020.

1. Benefícios. 2. Educação Física. 3. Polícia Militar. I. Título.

CDU:

ALEXANDRE MAGALHÃES BRITO

**CENTRO DE EDUCAÇÃO FÍSICA E DESPORTO NA POLÍCIA MILITAR DO
MARANHÃO: uma proposta de implantação.**

Monografia apresentada ao Curso de
Formação de Oficiais da Universidade
Estadual do Maranhão para a obtenção
do grau de Bacharel em Segurança
Pública.

Aprovada em: ___/___/___

BANCA EXAMINADORA

Maj. QOPM Anselmo da Silva Azevedo (Orientador)
Especialista em Ciências Jurídicas

1º Examinador

2º Examinador

Dedico este trabalho a Deus, pois Ele nunca me desampara. A minha mãe que sempre acreditou em meu potencial sendo a minha maior incentivadora. A minha esposa, meus irmãos e meu pai que são a minha base. E a todos os meus amigos, sejam da igreja, da Academia de Polícia e outros que de alguma forma me ajudaram a concretizar este sonho.

AGRADECIMENTOS

Agradeço em primeiramente a Deus que tem sido meu alicerce, em quem me abrigo e refugio em momentos difíceis. A Ele seja dada toda honra, glória e louvor para todo o sempre e sempre.

A dona Margarida Rodrigues Magalhães Brito por ter sido tão maravilhosa em todos os anos que pude ter a oportunidade de conviver a seu lado; pelos momentos de aprendizado e tudo o que me tornei.

A sra. Mariane Brito por ser companheira e amiga em tantas horas.

Ao senhor José Luís que sempre me colocava em suas orações.

Aos meus irmãos Andreany e Allan Magalhães por sempre estarem dispostos a me ajudar.

Aos meus amigos Fernando, Ulysses, Gustavo Henrique e Samuel Kalil que me ajudaram na concretização deste sonho.

Aos camaradas Kellen Bonald, Silas Medeiros Júnior, Marcelo Sampaio, Paulo Victor Sousa Pinto e Paulo Max que ladearam tantas missões. A eles ficam minhas sinceras considerações e apreço.

Aos amigos Matheus Araújo, Lucas Maia, Danilo Matos e Soraya Ibiapina que se tornaram mais que colegas de turma por tantos momentos que passamos juntos.

A toda a 22ª Turma do Curso de Formação de Oficiais que vivenciaram comigo tantos momentos difíceis e de alegrias.

A meu orientador do TCC, Anselmo da Silva Azevedo, pela sua disponibilidade e paciência, bem como compromisso em melhor direcionar meus apontamentos no desenvolvimento deste trabalho.

Aos amigos João Hemerson e Paulo Silas que cooperaram com este trabalho.

Aos meus afilhados Joaz Muniz, Luciano Jorge e Járede Jacinto que sempre deram palavras de incentivo.

Aos instrutores do Curso de Formação de Oficiais da Academia de Polícia Militar “Gonçalves Dias” e professores da Universidade Estadual do Maranhão por contribuir com minha formação através dos conhecimentos transmitidos.

A todos os oficiais e praças da Academia de Polícia Militar “Gonçalves Dias” pois em alguma maneira também contribuíram com a minha formação.

“[...] Se não puderes ser uma estrada,
Sê apenas uma senda,
Se não puderes ser o Sol, sê uma Estrela.
Não é pelo tamanho que terás êxito ou
fracasso...

Mas sê o melhor no que quer que sejas”.

(Pablo Neruda)

RESUMO

Este trabalho tem por objetivo propor a implantação do Centro de Educação Física e Desporto na Polícia Militar do Maranhão. Tivemos por base as instituições militares mais tradicionais no país, buscando alcançar os benefícios trazidos pela Educação Física. Alguns passos para chegar lá foi apresentar os benefícios da Educação Física para a sociedade, assim como expor os setores de gerenciamento da Educação Física em instituições militares, e verificar como funciona a Educação Física na Polícia Militar do Maranhão. Para tanto, foi utilizado como método para coleta de dados a pesquisa bibliográfica, através do catálogo de livros, artigos e fontes documentais de acordo com a temática proposta para o conteúdo levantado no referencial teórico. Baseado em instituições militares que possuem setorização da Educação Física, os resultados apresentados apontam para a importância dessa política institucional. Buscou-se alicerçar seus fundamentos nos benefícios trazidos pela Educação Física para a tropa, seguindo o modelo de gestão de outras instituições militares e pela verificação da demanda a ser suprida na Educação Física da Polícia Militar do Maranhão. Por fim, através do estudo realizado foi possível perceber que a proposta é exequível do ponto de vista institucional, tendo demanda, estrutura física e humana, garantindo assim uma melhor gestão dessa importante ciência em prol do público interno.

Palavras-chaves: Benefícios. Educação Física. Polícia Militar.

ABSTRACT

This work aimed to propose the implementation of the Physical Education and Sport Center of the Military Police of Maranhão. We had as base the most traditional military institutions in the country, seeking to achieve the benefits brought by physical education. Some steps to get there were presented for the benefits of physical education for a society, such as the Physical Education management sectors in military institutions, and to verify how Physical Education works in the Military Police of Maranhão. Therefore, it was used as a method of data collection in bibliographic research, through a catalog of books, articles, and document sources according to a thematic proposal for the content raised in the theoretical reference. Based on military institutions that have the Physical Education sector, the results presented point to the importance of this institutional policy. We sought to base their funds on the benefits brought by the Physical Education to the troops, following the management model of other military institutions and by verifying the demand to be met in the Physical Education by the Military Police of Maranhão. Finally, through the study carried out it was possible to realize that a proposal is feasible from an institutional point of view, having demand, physical and human structure, using the best way to manage important science in the internal public.

Keywords: Benefits. Physical Education. Military Police.

LISTA DE ABREVIATURAS

ABMCE	Academia de Bombeiro Militar do Ceará
APMGD	Academia de Polícia Militar Gonçalves Dias
BCSFSJ	Bateria de Comando e Serviço da Fortaleza de São João
CCFEx/FSJ	Centro de Capacitação Física do Exército e Fortaleza de São João
CDA	Comissão de Desportos da Aeronáutica
CDE	Comissão de Desportos do Exército
CDM	Comissão de Desportos da Marinha
CCF	Centro de Capacitação Física
CeCaP	Centro de Capacitação Profissional
CEFAN	Centro de Educação Física Almirante Adalberto Nunes
CEFD	Centro de Educação Física e Desporto
CEFD/COCF	Centro de Educação Física e Desportos Coronel Oézer de Carvalho Fernandes
CEL	Coordenação de Esporte e Lazer
CFO	Curso de Formação de Oficiais
CFSD	Curso de Formação de Soldados
CMT	Colégio Militar Tiradentes
DE	Diretoria de Ensino
DECEX	Departamento de Educação e Cultura do Exército
EAF	Exame de Aptidão Física
EB	Exército Brasileiro
EEF	Escola de Educação Física
EF	Educação Física
EsEFEx	Escola de Educação Física do Exército
EsEqEx	Escola de Equitação do Exército
FAB	Força Aérea Brasileira
ICAF	Instituto de Capacitação e Aplicação Física
IPCEx	Instituto de Pesquisa da Capacitação Física do Exército
JAPBM	Jogos Acadêmicos das Polícias e Bombeiros Militares
MB	Marinha do Brasil
NPCE	Normas para o Planejamento e Conduta do Ensino
ONU	Organização das Nações Unidas

PMAL	Polícia Militar de Alagoas
PMCE	Polícia Militar do Ceará
PMDF	Polícia Militar do Distrito Federal
PMERJ	Polícia Militar do Estado do Rio de Janeiro
PMESP	Polícia Militar do Estado de São Paulo
PMMA	Polícia Militar do Maranhão
PMPB	Polícia Militar da Paraíba
PMPR	Polícia Militar do Paraná
QO	Quadro Organizacional
QCG	Quartel do Comando Geral
TAF	Teste de Aptidão Física
UPM	Unidade de Polícia Militar

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

Figura 1	Sala da Coordenação de Esporte e Lazer	38
Figura 2	Estrutura física da sala da CEL	38
Figura 3	Equipamentos de escritório da CEL	39
Figura 4	Ginásio Poliesportivo (vista superior)	39
Figura 5	Fachada do Ginásio Poliesportivo	40
Figura 6	Piscina	40
Figura 7	Campo de Futebol	40
Figura 8	Campo Society	41
Figura 9	Quadra de Vôlei de areia	41
Figura 10	Sugestão de organograma do CEFD	49
Quadro 1	Curso de Instrutores de Educação Física	33
Quadro 2	Curso de Auxiliares de Treinamento Físico	33
Quadro 3	Distribuição do efetivo do CEFD	51
Quadro 4	Atribuições das subseções	52

SUMÁRIO

1	INTRODUÇÃO	12
2	EDUCAÇÃO FÍSICA E SOCIEDADE.....	15
2.1	Qualidade de vida e saúde.....	16
2.2	Aptidão física, exercício físico e treinamento físico.....	19
3	INSTITUIÇÕES MILITARES: uma visão de gestão	22
3.1	Forças Armadas.....	24
3.2	Instituições Policiais Militares.....	26
4	EDUCAÇÃO FÍSICA NA POLÍCIA MILITAR DO MARANHÃO.....	31
4.1	Ações de promoção da Educação Física	32
4.2	Coordenação de Esporte e Lazer.....	36
5	METODOLOGIA.....	43
6	PROPOSTA DE IMPLANTAÇÃO DO CENTRO DE EDUCAÇÃO FÍSICA E DESPORTOS NA POLÍCIA MILITAR DO MARANHÃO	46
6.1	Atuação do CEFD	47
6.2	Organização administrativa.....	48
6.3	Atribuições do CEFD.....	52
7	CONCLUSÃO.....	57
	REFERÊNCIAS.....	59
	APÊNDICE A – PRAÇAS DESPORTIVAS DA CEL.....	65
	ANEXO A - QUADRO ORGANIZACIONAL DO ESTADO MAIOR GERAL	68
	ANEXO B - QUADRO ORGANIZACIONAL DA ACADEMIA DE POLÍCIA MILITAR GONÇALVES DIAS.....	69
	ANEXO C - QUADRO ORGANIZACIONAL DO COLÉGIO MILITAR TIRADENTES II.....	70

1 INTRODUÇÃO

A Polícia Militar do Maranhão é uma instituição centenária que tem protegido a sociedade maranhense, cumprindo o seu papel constitucional ao longo dos tempos. Ela utiliza da Educação Física (EF) para que possa proporcionar saúde e bem-estar para a sua tropa e para o cumprimento das normas de promoção que aferem o condicionamento físico destes policiais militares. Para tanto, promove ações que visam organizar tudo que envolve a Educação Física no âmbito da PMMA. Neste sentido, verifica-se que apesar das políticas internas, elas ainda são insuficientes, necessitando de um alinhamento mais voltado para a aplicação da ciência.

Há bastante tempo a PMMA necessita de um local em que a Educação Física possa trazer a sua essência científica em colaboração com as demandas da tropa. A EF poderia ser mais bem organizada caso tivesse um setor de direção desta ciência na instituição, colaborando com produções científicas, aulas, desportos, treinamentos, promoção de saúde em geral, projetos sociais, dentre outras mais variadas possibilidades.

Diante da observação empírica do contexto em que a Educação Física está inserida na PMMA, percebe-se o quanto ela é importante, está presente e traz benefícios para a atividade policial militar, sendo necessário o entendimento deste processo, assim como a busca de como ela poderia ser melhor empregada em benefício da tropa. Portanto, buscou-se reunir dados/informações com o propósito de responder ao seguinte problema de pesquisa: de que maneira a implantação do Centro de Educação Física e Desporto contribui na Polícia Militar do Maranhão?

Para que se possa responder a esta questão o objetivo geral da pesquisa é a implantação do Centro de Educação Física e Desporto na Polícia Militar do Maranhão. Com o intuito de alcançarmos este objetivo, temos os objetivos específicos, que nortearão este trabalho, que são: apresentar os benefícios da Educação Física para a sociedade; expor os setores de gerenciamento da Educação Física em instituições militares; verificar como tem funcionado a Educação Física na Polícia Militar do Maranhão e por fim, fazermos uma análise do conteúdo trabalhado e mostraremos como a implantação do Centro de Educação Física e Desporto poderia estar estruturado para contribuir para um melhor gerenciamento da Educação Física na instituição.

A Educação Física sempre esteve presente na história das tropas militares, sendo ela basilar para a preparação dos guerreiros desde que se tem notícia das organizações militarizadas. No Brasil, ela surge dentro dos quartéis, e é difundida graças a esta relação mútua. Estas organizações mais tradicionais aperfeiçoaram a sua aplicação e benefícios para a sua tropa, o que carece ser mais bem explorado a nível local, tendo como base estas instituições militares tradicionais.

Dito isto, esta pesquisa se justifica pela busca da centralização das ações da Educação Física a nível institucional, tendo como base a implantação do Centro de Educação Física e Desporto na Polícia Militar do Maranhão, em contribuição para o seu público alvo, ou seja, todos os militares que integram a PMMA, fazendo com que alcancemos uma melhor gestão da EF, e com ela mais técnica nas práticas, mais isonomia e respaldo legal nos testes de aptidões físicas, para admissão, cursos, promoções, também na elaboração de manuais, índices para TAFs, promoção de saúde e bem-estar para o efetivo e muitas outras atribuições que somente profissionais gabaritados podem proporcionar de maneira técnica e científica.

Para o desenvolvimento do trabalho proposto será utilizada uma pesquisa bibliográfica, que buscará junto a livros, artigos, revistas, dissertações, bem como fontes documentais da própria instituição, sendo o alicerce que dará robustez a esta pesquisa. O método de pesquisa escolhido será o aplicado, pois ele busca a solução prática de problemas locais. A pesquisa será exploratória, na busca por tornar o problema mais conhecido. Serão realizadas uma abordagem qualitativa e uma análise indutiva, que constituirá o ponto chave, uma vez que se busca a repetição dos fatos para que sejam tiradas algumas conclusões do trabalho.

Para entender melhor do tema proposto, o estudo em voga propõe estruturar o conteúdo em sete capítulos, com a intenção de alcançar o objetivo geral, sendo três deles de embasamento teórico, um capítulo de procedimentos metodológicos a serem desenvolvidos, introdução, conclusão e uma proposta de aplicação.

O primeiro capítulo será dedicado a introdução do trabalho, salientando uma visão geral sobre o tema proposto, mostrando o problema de pesquisa, a justificativa que a faz relevante, os objetivos gerais e específicos, toda a metodologia adotada e ainda uma visão superficial do que será encontrado nos capítulos.

O capítulo dois apresentará uma visão geral da Educação Física para a sociedade, abordando os benefícios trazidos pela prática da atividade física para a saúde e o bem-estar dos indivíduos, será abordado um pouco sobre o sedentarismo e tratado de alguns conceitos iniciais sobre aptidão física, exercício físico e treinamento físico que direcionam para a seara das instituições militares.

O terceiro capítulo tratará de alguns aspectos históricos da Educação Física e dos militares, onde será exposto a estreita ligação que a história de ambos tem. Apresenta junto as instituições de maior tradição os setores que norteiam a Educação Física a nível organizacional. Chegando ao quarto capítulo, este continua a tratar da gerência da Educação Física, mas neste momento, mostra como a EF tem sido empregada na PMMA.

No capítulo cinco, versará sobre os procedimentos metodológicos adotados nesta pesquisa, tendo em vista a exposição para os leitores de como deve ser estruturado o trabalho, fornecendo subsídios que dê cientificidade e visem alcançar os objetivos da pesquisa em voga.

Posteriormente, no capítulo seis, terá como ponto central a exposição da necessidade, viabilidade e proposta de implantação do Centro de Educação Física e Desporto da Polícia Militar do Maranhão. E fechando o trabalho, no capítulo sete, a conclusão, o qual, trará consigo as considerações finais e últimas argumentações acerca do trabalho.

2 EDUCAÇÃO FÍSICA E SOCIEDADE

Muito se fala sobre a importância que a atividade física tem para o indivíduo e a sociedade, mesmo com todas as campanhas e a disseminação das vantagens em se praticar atividade física o que realmente se observa é o aumento gradual dos níveis de inatividade física das pessoas, ou seja, a população está a cada dia se tornando mais sedentária.

De acordo com o Ministério da Saúde, em 2015, cerca de 52%, encontrava-se com peso em excesso; além disso outros 18% estava obesa, o que há cerca de 200 anos (pouquíssimo tempo na linha da existência humana) a grande maioria da população tinha que fazer tarefas durante boa parte do dia, atividades como caminhada, retirar e transportar água de poços, carregar fardos de alimentos, cavalgadas, não tinham auxílios de motores ou maquinário, etc. Já em dias atuais uma pessoa consegue sobreviver sem maiores esforços, segundo Serson (2016).

Pode-se perceber que em pouco tempo a tecnologia evoluiu de tal forma que o homem moderno tem vivido sem as grandes dificuldades dos tempos de outrora, tendo a sua comodidade como maior objetivo tecnológico. Percebe-se que é importante que este homem entenda que necessita se movimentar, aproveitando as vantagens da tecnologia, mas tendo a preocupação em ter saúde.

De acordo com o programa da Organização das Nações Unidas (ONU), Plano de Ação Global sobre Atividade Física 2018-2030: pessoas mais ativas para um mundo mais saudável, publicado no ano de 2018:

A atividade física regular é comprovada no auxílio a prevenção e tratamento de doenças não transmissíveis, como doenças cardíacas, acidente vascular cerebral, diabetes e câncer de mama e cólon. Também ajuda a prevenir hipertensão, sobrepeso e obesidade e pode melhorar a saúde mental, qualidade de vida e bem-estar. (WORLD HEALTH ORGANIZATION, 2018, p. 6, tradução nossa).

Algo que é consensual no mundo é a relação que se tem entre a prática de Atividade Física regular e a prevenção de diversas enfermidades, ficando claro esta importância, tendo um papel preponderante nesse sentido. Pode-se dizer que o maior objetivo do estudo desse órgão mundial é demonstrar que a relevância deste assunto, pois grande parcela da população poderia estar salvaguardada de doenças de toda a sorte, ou no mínimo mitigá-las, caso seguissem estas orientações.

2.1 Qualidade de vida e saúde

Para chegar ao conceito da qualidade de vida é fundamental saber sobre os hábitos e valores que nortearão a conduta da pessoa, o que faz com que ela conscientemente faça a opção por determinadas ações em detrimento de outras. Estamos falando de estilo de vida, que de acordo com Nahas, Barros e Francalacci (2000) está associada a qualidade de vida que este indivíduo traz consigo.

Mas afinal de contas, o que vem a ser estilo de vida? Ainda de acordo com estes autores, o estilo de vida é aquilo que reflete nas ações e valores do indivíduo cotidianamente; atitudes e hábitos que se executa de maneira voluntária e consciente.

E o que vem a ser qualidade de vida? Uma vez que este tem relação direta com o estilo de vida do indivíduo partiremos da premissa que este é algo mais complexo e que carece também de um levantamento do que a bibliografia nos diz.

Ao estudar a obra de Pereira, Teixeira e Santos (2012) percebe-se que este conceito é bem difícil de alcançar, pois muitos autores o consideram como sinônimo de saúde, já outros pensam que este seria apenas um dos fatores a serem considerados, não havendo consenso. Também é notório que este conceito perpassa pela área de interesse, pois além da sinonímia de saúde, ele também pode ter relação com felicidade e satisfação pessoal, ou suas condições de vida ou como já alinhado anteriormente por Nahas, Barros e Francalacci (2000) ter relação direta com o Estilo de Vida.

É notório que atualmente muito se fala em saúde e prevenção de doenças, não por acaso com as constantes inovações promovidas pela tecnologia as pessoas inevitavelmente passaram a se locomover menos, além de não executarem tarefas simples e corriqueiras, mas que necessitavam de certo grau de esforço. O avanço das tecnologias promoveu um crescente abandono das atividades básicas, como o simples fato de ter que levantar-se do sofá para apertar um botão de tv, assim como afirmam Mendes e Cunha (2013, p. 34):

[...] a comodidade excessiva se apresenta como sendo uma forma de contribuir para o sedentarismo, ou a falta da movimentação física (lê-se atividade física), pois faz com que o usuário desta ferramenta tenha que apenas movimentar-se pouquíssimo para mudar de canal, o que antes era feito manualmente, tendo que se deslocar para o aparelho de TV.

Nesse sentido, pode-se entender que há uma relação direta entre a qualidade de vida e saúde e a prática regular de atividade física, pois de acordo com os autores ela atua na prevenção de doenças de ordem metabólica, também há significativa melhora da autoestima e bem-estar do indivíduo. Neste sentido a prática de exercícios físicos e esportes são de fundamental importância para que o estilo de vida mude e conseqüentemente a qualidade de vida melhore, proporcionando saúde e o indivíduo sintá-se bem consigo mesmo.

É perceptível que nas últimas décadas a ausência de atividade física das pessoas tem contribuído significativamente para que seja aumentado o número de pessoas cada vez mais sedentárias, e com isso todas os malefícios ocasionados a saúde e conseqüentemente ao seu bem-estar; fruto de uma nova perspectiva de vida, a mais cômoda, proporcionada pela evolução tecnológica dos tempos modernos, assim como afirmam Samulski e Noce (2000).

Não praticar atividade física tem acarretado diversos problemas significativos para boa parcela da população e com isso aumentado o número de pessoas com diversas doenças que poderiam ser evitadas. Infelizmente essa é uma realidade latente na sociedade moderna, pois o grande número de indivíduos que insistem em não praticar quaisquer atividades físicas já tem se refletido em todas as esferas da sociedade, inclusive nas instituições militares, onde incide diretamente na sua atividade fim, onde carecem estar bem preparados para que possam manter os padrões que a profissão exige.

Conforme Gualano e Tinucci (2011) a sociedade moderna tem a inatividade física como um dos seus grandes problemas relacionados a saúde pública, pois cerca de 70% dos adultos não alcançam os níveis que se recomendam para as práticas de atividade física. As pessoas estão bem ocupadas com atividades diversas e acabam deixando de lado a importância que é cuidar da sua saúde.

Cabe salientar que como mencionado pelos autores acima citados, sete em cada dez pessoas estão negligenciando os parâmetros mínimos de qualquer tipo de atividade que os faça quebrar as barreiras o sedentarismo. Algo alarmante, pois reflete diretamente em todos os grupos sociais, fato que é preocupante para a iniciativa privada e também para a pública, como no caso da Polícia Militar que necessita desse indivíduo bem condicionado para que melhor desempenhe as suas atividades, realidade que faz com que haja uma preocupação nesse sentido pela instituição, mas que carece da voluntariedade do indivíduo em consonância.

Segundo Assumpção, Morais e Fontoura (2002), alguns estudos experimentais fazem uma sugestão da prática moderada de atividade física para que contribua com a redução da mortalidade e diminuição do risco de desenvolver doenças cardiovasculares, pressão alta, osteoporose, algumas doenças respiratórias, diabetes, cânceres, além de atuar aumentando a expectativa de vida e ainda evitando excesso de peso.

Algo importante de lembrar é que as instituições policiais militares também são formadas por indivíduos que sofrem os mesmos efeitos da modernidade, ou seja, o avanço tecnológico também proporciona a estes servidores militares as comodidades que influenciam negativamente nas necessidades de romper o sedentarismo, mesmo que a sua atividade profissional esteja interligada ao contexto de atividade física, o que vem a ser um fator preocupante, pois a atuação destes profissionais exige deles saúde e vigor físico, devendo ser uma razão de comprometimento individual para com esta causa.

Encontramos em Stein (1999) que a prática de exercícios físicos faz com que o indivíduo tome uma postura positiva quando relacionado a outros fatores de risco, pois assim demonstra sua preocupação em ter uma vida mais saudável; quando toma a decisão de buscar um programa de atividade física regular ele passa a ter em seu benefício uma aliança que o proporciona mais eficácia no combate a doenças das mais diversas. Pode-se dizer que há uma relação inversamente proporcional entre a prática de exercícios físicos e hábitos não-saudáveis. No exercício pode se ter uma influência no abandono ao tabagismo, a ingestão de alimentos calóricos inadequados, também pode atuar no controle do estresse, além de atuar afastando a carência de álcool e entorpecentes.

É importante ressaltar que indiretamente o indivíduo acaba tendo mais cuidados consigo quando se dedica a prática de exercícios físicos, assumindo com isso outras atitudes que colaboram com a sua saúde. Constata-se que a prática de exercícios acaba influenciando esse indivíduo a abandonar velhos hábitos que contribuiriam para a sua queda de desempenho físico, ocasionando uma melhoria multifacetária.

2.2 Aptidão física, exercício físico e treinamento físico

A atividade física é alvo de muitas dúvidas e desconhecimento em geral sobre o que vem a ser, como realizar, quais os benefícios e ainda outras questões que a envolvem. Outro ponto que deve ser comentado e servirá para o conhecimento para a população em geral é a diferença entre os conceitos de atividade física, exercício físico e esporte; momento em que será exposto de acordo com os conceitos de autores, de maneira clara e objetiva, para que sejam minimizadas estas dúvidas que persistem em existir.

Partindo para a análise, temos a atividade física, de acordo com Nahas e Garcia (2010, p. 141) como sendo:

Qualquer movimentação corporal voluntária capaz de produzir um gasto energético acima dos níveis de repouso. Atividade Física é uma característica inerente do comportamento humano, necessária para o bom desenvolvimento orgânico e socioafetivo das pessoas.

Andar, correr, saltar, trepar, rodar, são habilidades motoras que desde as menores idades são desenvolvidas, compreendendo ainda algumas movimentações mais complexas, que necessitam de coordenação motora fina, como varrer uma casa, dançar uma valsa, soltar uma pipa, dentre outros mais diversos tipos de movimentos.

Já o exercício físico, por sua vez, tem o seu conceito diferente. Encontramos em Monteiro e Sobral Filho (2004, p. 513) que versam como sendo:

Uma atividade realizada com repetições sistemáticas de movimentos orientados, com conseqüente aumento no consumo de oxigênio devido à solicitação muscular, gerando, portanto, trabalho. O exercício representa um subgrupo de Atividade Física planejada com a finalidade de manter o condicionamento. Pode também ser definido como qualquer atividade muscular que gere força e interrompa a homeostase.

Ou seja, para que ocorra o exercício físico propriamente dito há necessidade que ocorram movimentos repetitivos de maneira sistemática, buscando algum resultado; nota-se que há considerável aumento das necessidades físicas como a elevação no consumo de oxigênio, o uso da musculatura de maneira sistemática, gerando resultado, e que interrompa o processo de homeostase corpórea, que é o estado de equilíbrio das funções orgânicas do corpo.

Germano et. al. (2012) apresenta a diferença conceitual entre a atividade física e a aptidão física. A primeira é entendida como todo e qualquer movimento produzido pelo corpo, enquanto a segunda é definida como atributo biológico voltado para a capacidade de realizar esforço físico e movimentos específicos.

Ainda de acordo com Germano et. al. (2012) a prática de atividade física deve ser vista como componente de múltiplas dimensões em que inclui intensidade, duração, e frequência de movimento do corpo, já aptidão física abrange componentes diferentes e aperfeiçoados com a prática mais eficaz do movimento, ou seja, prática essa voltada para a área esportiva. Desta forma, estudos evidenciam e sugerem que ambas trazem benefícios para a saúde.

Fica claro que há diferença considerável entre as duas, no entanto, pelas palavras dos autores, podemos constatar que ambas podem propiciar significativa melhora nos parâmetros de saúde de quem resolve adotá-las, sendo elas importantes para a vida dos indivíduos, cabendo apenas a estes escolher entre uma e outra, ou mesmo, as duas. Mas para que possa haver melhoria significativa nos níveis de aptidões físicas há necessidade de treino, algo que surge há muitos anos, mesmo que não tivessem um nome próprio, como conhecemos atualmente; pelos escritos, vemos que muitos pensadores da antiguidade já tentavam alinhar seus guerreiros para a execução desses trabalhos.

Segundo Roschel et. al. (2011) Galeno de Pérgamo, no segundo século depois de Cristo já trabalhava conceitos parecidos com os da periodização, como os escritos no seu tratado de “Preservação da Saúde”, onde discorre sobre treinamento de força em detrimento ao trabalho de velocidade, desenvolvendo as duas capacidades motoras. Ainda segundo este pesquisador, um ateniense chamado Filótrato propôs um período de preparação física com vistas aos jogos olímpicos da época, demonstrando assim que o treinamento físico é bastante antigo.

É importante se entender o processo de treinamento físico, uma vez que ele atua diretamente sobre o indivíduo e que traz o condicionamento necessário. Também de acordo com Roschel et.al. (2011), o treinamento tem a característica de ser um processo de repetições e que obedece a um sistema que é feito a partir de exercícios que seguem uma progressão visando melhorias de desempenho. Desta forma, entende-se o treinamento físico como fundamental para que sejam desenvolvidas da melhor forma a execução de tarefas que envolvam atividade muscular, sejam elas de caráter esportivo ou não.

Pode-se dizer que é uma série de exercícios que segue uma sequência e tem objetivos a alcançar. Fica claro que as melhorias de desempenho dependem dessa sequência, assim como tal é a prática de atividade física militar, que deve seguir objetivos para que busquem a perfeição em suas ações. A prática policial militar é eminentemente ostensiva e carece de constante treinamento físico, devendo ser obedecidos planos de treinamento próprios voltados para que haja melhora significativa no desempenho de tarefas da função que lhes compete.

Algo que já vem sendo disseminado no Brasil desde o início do século XX, a sistematização do ensino, teve influência direta dos militares brasileiros que absorveram os conhecimentos já desenvolvidos por alguns países europeus e que acabaram por influenciar a educação local, como afirma Lima (2015, p. 247-248):

No século XX, a Educação Física esteve estreitamente vinculada às instituições militares e à classe médica. Esses vínculos foram determinantes, tanto no que diz respeito à concepção da disciplina e suas finalidades quanto ao seu campo de atuação e à forma de ser ensinada. [...] A Educação Física que se ensinava nesse período era baseada nos métodos europeus - o sueco, o alemão e, posteriormente, o francês -, que se firmavam em princípios biológicos.

Assim, percebe-se que a sistematização do ensino da Educação Física teve influência direta dos militares brasileiros que ao absorver os conhecimentos de outros países passaram a tratar o ensino da disciplina de maneira mais técnica, sistematizada, levando em consideração o que é primordial para o condicionamento, a biologia humana.

3 INSTITUIÇÕES MILITARES: uma visão de gestão

É importante que se saiba o quanto a Educação Física tem sido importante para o contexto dos militares no país, e vice-versa, pois ela acompanha o desenvolvimento das forças militares em todo o território nacional. Segundo Ávila, Soares e Neves (2016) "A Educação Física (EF) no Brasil surgiu por influência militar visando à difusão de sua prática por toda a extensão do território com o principal objetivo de criar uma cultura de 'corpo são' no povo brasileiro.", o que faria com que este indivíduo estivesse sempre bem condicionado.

Dentro dessa conjuntura, as instituições militares sofreram influência da filosofia positivista, ao pregar a educação do físico. Almejando a ordem e o progresso, era de fundamental importância formar indivíduos fortes e saudáveis, que pudessem defender a pátria e seus ideais. [...] No início do século XX, a Educação Física, ainda sob o nome de ginástica, foi incluída nos currículos dos Estados da Bahia, Ceará, Distrito Federal, Minas Gerais, Pernambuco e São Paulo. Nessa mesma época, a educação brasileira sofria uma forte influência do movimento escolanovista, que evidenciou a importância da Educação Física no desenvolvimento integral do ser humano. (LIMA, 2015, p. 248).

Neste contexto, o exército brasileiro decidiu enviar o Major Antônio Pereira Lira, que em viagem oficial buscava conhecer as escolas de Educação Física de alguns países sul-americanos buscando subsidiar o desenvolvimento de um método de ensino próprio. Como afirma Castro (1997), no Uruguai a Educação Física militar estava sendo desenvolvida com base na ginástica dinamarquesa, e no ensino colegial a ginástica sueca. Outro país visitado foi a Argentina, que por sua vez utilizava no ensino colegiado o método francês e a ginástica acrobática. Para as mulheres era utilizados o ensino de danças regionais o que seria bem apropriado para o Brasil.

Isto posto, torna-se evidenciado conforme os autores citados acima, que os conteúdos são congruentes, no sentido de ser indiscutível a preocupação dos militares com a formação do indivíduo. Pode-se dizer que a Educação Física e os militares têm uma ligação estreita, ficando claro que na época, a preocupação com a formação integral do cidadão também passava pela cultura do físico.

Essa busca por um método de Educação Física ganhou grande destaque a partir da força pública de São Paulo, que foi a gênese da Polícia Militar daquele Estado, pois no final do século XIX e início do século XX a missão francesa estava

no país a convite, pois havia a necessidade de fornecer subsídios estruturais e organizacionais para aquela instituição.

De acordo com Carvalho (2006) e Cancellata (2013) todas as ações passaram a ganhar grande repercussão na sociedade, tendo em vista a exposição dos trabalhos realizados, principalmente da prática de educação física e esportes, e do valor destes instrumentos para o condicionamento da tropa e a própria população, algo inovador. Ocorreu então a criação da primeira escola de Educação Física do Brasil, tendo como objetivo inicial de formação de monitores que estivessem aptos para ministrar aulas e com isso difundir as práticas.

Fica claro que este foi um ponto crucial para que a Educação Física ganhasse outro status frente a sociedade da época que não a considerava uma ciência, tampouco, podemos afirmar, era de interesse por ausência de divulgação e desconhecimento de suas práticas. A ampla divulgação por meio da imprensa da época foi fundamental para que a sociedade mudasse a sua concepção, assim como afirma Cancellata (2013, p. 90):

Estas influências estrangeiras tanto no Exército quanto na Força Pública de São Paulo auxiliaram na implantação das ações para um maior profissionalismo nestas instituições, envolvendo além de mudanças nas estruturas internas, reforma de regulamentos e inserção de novas práticas, a intensificação das preocupações com as atividades físicas. A criação da Escola de Educação Física em São Paulo é um exemplo deste novo movimento.

Sendo assim, pode-se compreender que foi através do Estado de São Paulo e a sua adesão aos princípios franceses de desenvolvimento da Educação Física que ela teve grande repercussão, sendo este o ponto inicial que demonstra a preocupação com as valências físicas do operador de segurança pública. Logo, é indiscutível o protagonismo de São Paulo frente a outras instituições que também corroboram com o desenvolvimento da ciência.

Nesse sentido, será analisado os setores de gestão da Educação Física nas forças armadas e em algumas polícias militares estaduais, pois é de fundamental importância conhecer a relevância que se dá a esta ciência em outras corporações militares da União e Estados, bem como que tipos de organizações e atribuições elas dispõem.

3.1 Forças Armadas

A defesa do território nacional brasileiro é composta por três órgãos militarizados: a Marinha do Brasil, o Exército Brasileiro e a Força Aérea Brasileira. Eles são instrumentos de defesa independentes entre si, mas que estão sob o comando do Presidente da República. Estes órgãos têm caráter permanente e regular, tendo a obrigação de garantir a soberania nacional, devendo estar sempre prontos para que possam defender os interesses da nação, dentre outras atribuições determinadas pela Constituição Federal Brasileira (BRASIL, 2016).

Neste contexto, fica claro que as Forças Armadas devem promover todos os esforços para que os militares estejam bem fisicamente para o melhor desempenho das suas ações. Afirmativa essa que perpassa pela historicidade da Educação Física nacional onde encontramos relatos em Castro (1997, p. 2) quando diz que:

[...] as Forças Armadas, além de responsáveis pela defesa, deveriam ser também uma espécie de 'escola da nacionalidade', já que idealmente recrutariam elementos de todos os setores da população, de todas as origens sociais, dotando-os de um sentimento de unidade nacional.

Logo, é indiscutível que foi relevante a presença dos militares na origem e contexto da Educação Física no país; isto se reflete nas diversas escolas, centros, departamentos e outras organizações de Educação Física que produzem, centralizam e aplicam os conhecimentos da ciência para suas corporações e outros que delas possam se utilizar.

O Exército Brasileiro é uma das organizações que mais ajudaram a difundir a prática desta ciência por todo o país. Como bem nos assegura Ávila, Soares e Neves (2016, 104):

"[...] durante o período de permanência da Missão Francesa no Brasil, foi dada ao EB a missão de difusão da prática de exercícios físicos para seus militares e como desenvolvimento da cultura de "corpo saudável" para a sociedade como um todo".

Já para Soeiro (2003) fica claro que se fizermos uma investigação, é provável que não encontremos na literatura brasileira uma instituição que tenha contribuído para os destinos políticos no país de forma mais ativa que o exército brasileiro.

Conforme Castro (1997) e Almeida (2010) o Centro Militar de Educação Física, transformou-se em Escola de Educação Física do Exército (EsEFEx), sendo criada no ano de 1933. Assim, reveste-se de particular importância desde a sua criação, possibilitando a formação de Profissionais de Educação Física desde 1938.

Atualmente o órgão de centralização da EF no Exército Brasileiro é o Centro de Capacitação Física do Exército e Fortaleza de São João (CCFEx/FSJ), situado no Rio de Janeiro, é subordinado diretamente ao Departamento de Educação e Cultura do Exército (DECEEx). (SOEIRO; TUBINO, 2003).

O Centro é composto por cinco unidades distintas, dividindo as funções de ensino e pesquisa, de desportos e outra com incumbência administrativa: Comissão de Desportos do Exército (CDE); Escola de Educação Física do Exército (EsEFEx); Escola de Equitação do Exército (EsEqEx); Instituto de Pesquisa da Capacitação Física do Exército (IPCFEx); do CCFEx, traremos a organização de dois destes centros, o de formação de instrutores de EF e o de pesquisa. (EXÉRCITO BRASILEIRO, 2013).

É importante frisar que a EsEFEx é o local onde são formados e capacitados os instrutores e monitores de Educação Física do EB, sendo esta Escola de relevância inclusive para a formação de instrutores e monitores das polícias militares, pois há acesso para a formação também de militares destas forças auxiliares. Outro setor de extrema relevância é o Instituto de Pesquisa e Capacitação do Exército, onde são realizadas as intervenções por meio de estudos e pesquisas científicas em prol das melhorias que a ciência pode trazer. A CDE é o setor responsável por tratar das equipes desportivas de representação do EB, tendo em sua grade de esportes do mais diversos, atuando em três níveis: o de alto rendimento, o de participação e o escolar. (EXÉRCITO BRASILEIRO, 2002).

Na Marinha do Brasil é importante considerar dois locais em que são desenvolvidas políticas em prol da Educação Física na instituição. Elas são a Comissão de Desportos da Marinha – CDM e o Centro de Educação Física Almirante Adalberto Nunes – CEFAN, que cuidam respectivamente do desporto e do aperfeiçoamento físico dos militares da MB, e estão diretamente subordinadas ao Comando Geral Corpo de Fuzileiros Navais. (MARINHA DO BRASIL, 2016).

O CEFAN é o local que centraliza a Educação Física a nível organizacional, ele teve a sua sede atual inaugurada no ano de 1974. Esta unidade busca a excelência no assunto, sendo relevante por seus serviços prestados, além de elevar esta ciência ao mais alto patamar. O CDM foi criado pelo Decreto nº 76.685, de 27 de novembro de 1975, e hoje tem a sua organização em prol das modalidades desportivas de alto rendimento. (ÁVILA; SOARES; NEVES, 2016)

Quando se fala do setor de referência em Educação Física na Força Aérea Brasileira no remetemos à Comissão de Desportos da Aeronáutica – CDA, criada no ano de 1967, que tem a missão precípua de dar a orientação necessária e ter o controle das atividades físicas e esportivas na FAB. Vale ressaltar que outros institutos já funcionaram dentro da CDA, como o Instituto de Capacitação e Aplicação Física (ICAF), criado em 1993, que visa a busca por pesquisas de alto rendimento nos desportos, hoje com sede própria. (COMISSÃO DE DESPORTOS DA AERONÁUTICA, 2018).

Percebe-se que pela história destas instituições, as Forças Armadas há muito tempo dão a devida importância para a Educação Física, tanto no contexto da sua organização, quanto na formação da Educação Física escolar por todo o país. Desta maneira, assim como exposto acima, percebe-se que há organização em distribuir as funções e atribuições para que o trabalho desenvolvido seja realizado com excelência. Cabe frisar que de nada adiantaria ter toda esta demanda aplicada se não houver o devido retorno em prol da organização e sociedade.

3.2 Instituições Policiais Militares

Cada polícia militar estadual tem a sua própria organização administrativa, tendo como missão comum as atribuições acerca da segurança pública previstas na Constituição Federal de 1988, em seu artigo 144, inciso V, quando versa no parágrafo 5º sobre a competência de polícia ostensiva e a preservação da ordem pública, cabendo a elas cuidar dessa missão com esmero, para que a população sob a sua circunscrição possa gozar de segurança proporcionada por estas forças garantidoras da lei. (BRASIL, 2016).

Para o bom desempenho das missões que lhes competem, boa parte das polícias militares estaduais tem se atentado para os benefícios da Educação Física e não só isso, tem toda uma organização em prol desta ciência. São escolas, centros,

departamentos e outros tipos de setores em que a EF é organizada, pesquisa, orientada e repassada, tudo visando a melhoria das condições físicas de sua tropa. Isto posto, passaremos a expor algumas instituições policiais militares para que tenhamos exemplos de gerenciamento da EF.

A Polícia Militar de São Paulo é uma das instituições policiais mais antigas do Brasil, tendo a sua origem por volta de 1831, carregando consigo o tradicionalismo da corporação, no entanto, busca alicerçar suas ações em ciência e técnica. Trata-se inegavelmente de uma corporação gigantesca, tendo o maior efetivo do país, assim, reveste-se de particular importância. (POLÍCIA MILITAR DO ESTADO DE SÃO PAULO, 2020).

A Escola de Educação Física de São Paulo é a primeira do país nesse seguimento, criada em 1910. Hoje ela se chama Centro de Capacitação Profissional - Escola de Educação Física (CeCaP - EEF), está subordinada à Diretoria de Ensino e Cultura, e atua na PMESP como responsável pelo gerenciamento no que concerne à Educação Física da corporação a nível estadual. (POLÍCIA MILITAR DO ESTADO DE SÃO PAULO, 2020).

Esta escola forma profissionais na área de Educação Física em nível superior e condensa diversas outras atribuições acerca da EF, como: desenvolvimento de estudos atinentes ao preparo físico e à saúde dos policiais, avaliações físicas e as pesquisas de sua atividade. A sua estrutura organizacional tem duas divisões específicas de trabalho, uma com atribuições administrativas e outra com atribuições técnicas, sendo um ponto de destaque, uma vez que facilita a percepção da missão, sem atropelos e oportunidades de ingerências. (POLÍCIA MILITAR DO ESTADO DE SÃO PAULO, 2012).

A Polícia Militar do Rio de Janeiro é uma organização policial militar das mais antigas do país. Nela servem um dos maiores efetivos das polícias militares brasileiras, o que confere a necessidade de uma organização administrativa e operacional de grandes proporções. Assim como muitas outras polícias militares, ela também deposita sua confiança nos bons resultados que a Educação Física traz a seus praticantes.

Neste contexto, a unidade gestora de Educação Física da PMERJ é o Centro de Educação Física e Desportos Coronel Oézer de Carvalho Fernandes (CEFD/COCF), foi criado no ano de 2008, ficando subordinado à Diretoria Geral de

Ensino e Instrução; ele gerencia todas as atividades concernentes à prática de desportos e Educação Física da PMERJ.

O de gerenciamento de toda a política de Educação Física e promoção de saúde da tropa, com a produção de trabalhos científicos cunhados na orientação a mudança de hábitos e relevância da manutenção de um padrão desejado ao desempenho das atividades dentro da PMERJ (POLÍCIA MILITAR DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO, 2017, p. 61).

Importante destacar neste centro é que nele funciona uma associação, a Associação Desportiva da Invernada dos Afonsos, que não tem fins lucrativos e representa os militares e civis que se utilizam das dependências do CEFD/COCF. Outro ponto de destaque é o espaço cedido para o Grêmio de Educação Física da Invernada dos Afonsos, que representa os cadetes da Academia Dom João VI no CEFD/COCF, incentivando a filosofia de *“mens sana in corpore sano”*. (POLÍCIA MILITAR DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO, 2017).

Sendo assim, é perceptível a organização da PMERJ em favor da Educação Física e desportos, mostrando dessa maneira a importância que esta ciência tem para esta instituição. Pode-se perceber, conforme citado acima, que o CEFD/COCF tem contribuído de maneira significativa por toda a sua organização administrativa em torno da busca do melhor preparo do efetivo fluminense.

Na Polícia Militar do Paraná, o Regulamento Interno e dos Serviços Gerais da polícia prevê a gerência das atividades físicas a nível estadual no Centro de Educação Física e Desportos da Polícia Militar do Paraná que substituiu a Seção de Educação Física e Desportos, com a transferência da DE para a Academia de Polícia Militar do Guatupê no ano de 2018. (POLÍCIA MILITAR DO ESTADO DO PARANÁ, 2018).

Este centro tem diversas atribuições no que concerne a EF na PMPR, traduzindo desta maneira a relevância que a instituição deposita nos benefícios oriundos da boa prática de Educação Física. Essas missões vão desde o trabalho de assessoria do comando da instituição no que se refere a EF, produzir planos e programas no ensino da EF até a realização de competições desportivas. (POLÍCIA MILITAR DO ESTADO DO PARANÁ, 2010).

Duas peculiaridades merecem destaques: a primeira se refere a capacitação de alguns oficiais para que assumam a função de oficial de Educação Física em suas UPM, tendo a responsabilidade de ministrar aulas de Educação Física, acompanhar e desenvolver estas atividades e buscar meios que possam

viabilizar o conteúdo a nível local. Outro ponto de destaque da PMPR é a existência dentro da Academia de Polícia do Guatupê de uma seção específica que gerencia a EF, voltada especificamente para todos que estão em curso naquela Unidade. (POLÍCIA MILITAR DO ESTADO DO PARANÁ, 2010).

Fica demonstrado que a PMPR tem como uma prioridade a organização administrativa da Educação Física, inclusive o cuidado em fazer com que todos os policiais tenham acesso à técnica desta ciência, com instrutores e monitores em todas as unidades.

A Polícia Militar do Distrito Federal é uma polícia que iniciou suas atividades ainda no antigo Distrito Federal, na cidade do Rio de Janeiro, e que após ser transferida para a nova sede foi reestruturada, sofrendo modificações no ano de 1966.

O setor responsável pela gestão da Educação Física é o Centro de Capacitação Física - CCF, tendo as suas atribuições atualizadas no ano de 2017, sendo elas: fazer planejamento, coordenação, execução e o controle de programas que promovam a melhoria nos parâmetros físicos, bem como a manutenção do desempenho físico; desenvolver ações que promovam o bem-estar e perfeita saúde de todo o efetivo; desenvolver ações que promovam o melhor condicionamento físico.

A PMDF cuida de seus policiais com este Centro de Educação Física, demonstrando a preocupação com a sua tropa no sentido de possibilitar o acesso a uma Educação Física mais técnica e voltada para os benefícios que a prática promove. (DISTRITO FEDERAL, 2016).

Para que tenhamos mais um exemplo de polícia militar na região Nordeste, também fizemos o levantamento de como tem sido organizada a EF na Polícia Militar do Estado das Alagoas. Nela, quem gerencia a Educação Física a nível estadual é o Departamento de Educação Física e Desporto, que está subordinado hierarquicamente a Diretoria de Ensino. (POLÍCIA MILITAR DE ALAGOAS, 2003).

A exemplo de outras instituições, este Departamento tem a missão precípua de executar a especialização em Educação Física para os policiais, sendo responsável pela seleção. Também é o responsável pela assessoria no que concerne a EF, aplicação dos testes físicos da instituição, sugerir instrutores de EF nos cursos da instituição, e propor aprimoramento de medidas para melhoria do

sistema de ensino da EF; manter equipes que representem a PMAL em desportos diversos, entre outras atribuições. (POLÍCIA MILITAR DO ESTADO DE ALAGOAS, 2003).

Desta maneira, fica bem exemplificado como a PMAL também dispõe de um setor que gerencie a Educação Física e desporto na sua corporação, demonstrando assim a importância que esta ciência tem para esta coirmã.

É importante entender que existem muitas outras polícias militares e nesses setores de gerenciamento da Educação Física; algumas possuem departamentos, outros centros, outras escolas, havendo possíveis mudanças na nomenclatura, mas a missão permanece a mesma, gerenciar a EF na instituição. Este tipo de organização institucional é embasado nas forças armadas e polícias Militares mais tradicionais do país, motivo pelo qual citamos algumas delas.

Por fim, o conteúdo acerca das vantagens trazidas por um setor de gerenciamento da EF é muito vasto, com os apontamentos aqui expostos, a pesquisa não tem a intenção de finalizar este conteúdo, pelo contrário, ela pode e deve servir de embasamento para novas pesquisas.

4 EDUCAÇÃO FÍSICA NA POLÍCIA MILITAR DO MARANHÃO

A Polícia Militar do Maranhão tem em suas fileiras um efetivo de mais de onze mil homens, que estão alocados em todos os municípios sob a jurisdição do Estado. Eles representam o poder público nestas comarcas garantindo à sociedade a ordem pública através do efetivo cumprimento das leis, incumbência constitucional. (BRASIL, 2016).

Para que estes homens estejam cumprindo o seu papel no enfrentamento a criminalidade, é importante que estejam preparados fisicamente, pois como vimos, o condicionamento físico é fundamental para que o operador de segurança esteja desempenhando bem as suas obrigações. Para Rodrigues (2012) estes servidores são diferenciados, devido a sua carga de trabalho diária e o constante estresse, arriscando suas vidas diariamente devido a natureza das suas atribuições.

Pode-se afirmar que necessitam de uma atenção especial da sua Instituição, no sentido de proporcionar ações que minimizem estes prejuízos psíquicos e físicos. Omena (2011) nos traz que a atividade militar está estritamente ligada a capacidade física, pois quando esta é ampliada, há diversos benefícios no desempenho da sua atividade, sejam laborais, sejam operacionais, aumentando a capacidade de suportar condições adversas no serviço.

Dito isto, há muitas razões para que a Polícia se preocupe com as condições físicas e psicológicas do seu operador, razão pela qual há anos as Forças Armadas e Polícias mais tradicionais no país, pensando nesta profilaxia, tem incentivado a prática de atividades físicas, inclusive dispendo de setores de gerenciamento da EF.

Diante desse cenário, a PMMA ainda necessita de profundas transformações em sua estrutura organizacional, pois mesmo sendo uma instituição que cultua o tradicionalismo de seus símbolos, deve prevalecer o bom senso em busca de uma polícia cada dia mais técnica, voltada para os fundamentos científicos, pois estes os auxiliam na nobre missão de servir e proteger o cidadão.

Atualmente tem-se diversas demandas na seara da Educação Física a nível institucional, e para tanto, há ações que cooperam com a necessidade de que se tem. Não obstante, ao longo dos anos foram tomadas muitas medidas em prol da EF pelos comandantes, no entanto, a demanda tem sido ainda maior, necessitando de projetos de envergadura que supra esta finalidade.

4.1 Ações de promoção da Educação Física

A atual organização administrativa da PMMA conta com uma parte de sua estrutura voltada para a Educação Física dispondo de: quadros organizacionais, regulamentos, Coordenação de Esporte e Lazer (CEL), e a anuência e incentivo para cursos de formação e especialização na área de Educação Física e desporto nas forças armadas e coirmãs.

No alto comando da Corporação, a 3ª seção dispõe em seu organograma a previsão da subseção de Educação Física que tem a missão de viabilizar e nortear através de estudos a EF dentro da instituição, assessorando o chefe da 3ª seção no que concerne a esta importante ferramenta que pode, como vimos, trazer muitas benesses à tropa da PMMA. O quadro organizacional (QO) do Estado Maior Geral demonstra essa disposição, corroborando com o que foi exposto, o qual encontra-se no anexo A.

Dito isto, a Academia de Polícia Militar Gonçalves Dias também é outro local em que se dispõe de quadro organizacional com previsão para uma subseção que viabiliza o melhor gerenciamento da Educação Física de maneira técnica, estando subordinada a Seção Técnica de Ensino, devendo assessorar a esta no que concerne a EF da Unidade de Ensino. (Anexo B).

Também dispõem de QO com previsão de seção para a EF, os Colégios Militares Tiradentes, os quais estão distribuídos em seis unidades pelo Estado, para que a Educação Física nestes locais seja planejada e organizada: se trata da Seção de Educação Física e desporto da Direção Pedagógica. Aqui, dispusemos em anexo, a título de exemplo, o QO do CMT II, situado na cidade de Imperatriz, o qual encontra-se no anexo C.

Importante salientar, pelo disposto nos parágrafos acima, que a Subseção de Educação Física da 3ª Seção, a subseção de EF da APMGD, bem como as seções de Educação Física dos CMTs são as únicas funções previstas na PMMA para Profissionais de Educação Física, mesmo tendo muitas outras demandas para estes profissionais no cotidiano da organização, fato levantado através de pesquisa junto à 1ª Seção do Estado Maior Geral da PMMA.

Como falado acima, sobre a disponibilidade de funções para Profissionais de Educação Física, constatamos que de fato não existe amparo legal que garanta a Profissionais de Educação Física de formação ocuparem estas funções, ficando a

critério do Diretor/Comandante o bom senso em alocar estes profissionais na referida seção ou subseção. Estas funções atualmente podem vir a ser ocupadas por quaisquer policiais militares, ou seja, pode-se perder a finalidade de tecnicidade nesta alocação.

Segundo Cunha (2017) a presença de um profissional gabaritado para a execução das atividades e aulas de Educação Física é fundamental para que tenhamos atividades mais técnicas, voltadas para os benefícios que a prática pode promover que sejam evitadas lesões e outras complicações que a má execução destas atividades possa ocasionar.

Diante disso e não dispondo de curso de formação de Profissionais de Educação Física, a PMMA possibilitou o acesso a cursos de Educação Física a oficiais e praças, para que pudessem dar o suporte necessário na EF na instituição. De acordo com os boletins gerais de 2005 a 2019, ou seja, nos últimos 15 anos, tivemos cerca de vinte e oito (28) oficiais e praças, formados em curso de instrutores e auxiliares de treinamento físico em coirmãs (PMCE e PMPB), na Academia de Bombeiro Militar do Ceará (ABMCE) e na Escola de Educação Física do Exército Brasileiro (EsEFEx), capacitando e especializando estes militares. (POLÍCIA MILITAR DO MARANHÃO, 2005a, 2006, 2007a, 2007b, 2008, 2014a, 2016a).

Podemos verificar nos quadros abaixo o ano do curso de capacitação, a instituição e o efetivo disponibilizado em cada ano:

Quadro 1: Curso de Instrutores de Educação Física (CIEF)

ANO	INSTITUIÇÃO – LOCAL	EFETIVO
2005	Academia de Polícia Militar General Edgard Faço/Polícia Militar do Ceará – Fortaleza	6
2006		8
2007		3
2014	Polícia Militar da Paraíba – Campina Grande	3
2016	Escola de Educação Física do Exército Brasileiro – Rio de Janeiro	1

Fonte: Autor (2020)

Quadro 2: Curso de Auxiliares de Treinamento Físico (CATF)

ANO	INSTITUIÇÃO – LOCAL	EFETIVO
2007	Academia de Bombeiros Militar – Corpo de Bombeiros Militar do Ceará	3
2008	Academia de Bombeiros Militar – Corpo de Bombeiros Militar do Ceará	4

Fonte: Autor (2020)

Com os quadros acima, podemos perceber que o incentivo a formação de Profissionais de Educação Física é uma medida importante para a PMMA, no entanto, ela é uma política interna que não teve a continuidade necessária para a reposição de material humano, ou seja, boa parcela dos instrutores formados já ocupam altos cargos na instituição, sendo um possível entrave no desempenho de suas atribuições a nível estratégico com a disponibilidade de tempo para a execução de tarefas atinentes a EF. Com o estudo de documentos internos, percebemos que nos últimos dez anos, apenas quatro oficiais foram contemplados por esta política, sendo um número ínfimo para a demanda, afinal, são muitas atribuições que necessitam destes profissionais especializados.

Outro ponto nevrálgico são os aspectos técnicos dos testes de aptidão física da instituição, onde há a necessidade em alinhar a prática do exercício profissional a estas avaliações. É através do teste de aptidão física que os militares são selecionados para ingresso na corporação, habilitam-se a frequentar cursos na instituição ou fora dela, e são promovidos a postos e graduações. Fato este que é de conhecimento de todos os militares da PMMA através das normas nos artigos das leis de promoções, Estatuto dos Policiais Militares e portarias vigentes.

Isto posto, no ano de 2005, tivemos a aprovação das Normas para o Planejamento e Conduta do Ensino – NPCE para o biênio 2005/2006, onde em seu anexo “K” nos traz a diretriz de normatização para aplicação do Exame de Aptidão Física (EAF) no âmbito da Corporação, ou seja, este regulamento alinhava quais os índices a serem alcançados para fins de seleção de candidatos, sejam para o ingresso, através do CFO ou CFSD, ou ainda para os cursos oferecidos internamente na PMMA. (POLÍCIA MILITAR DO MARANHÃO, 2005b).

No ano de 2007, algumas medidas também foram tomadas nesse sentido, uma vez que a vigência da portaria cima descrita teria sido ultrapassada em seus efeitos pela sua vigência. Para tanto, outra portaria trouxe uma nova diretriz específica de normatização para aplicação do Exame de Aptidão Física (EAF). Esta teria vigência para o biênio 2007/2008, onde nortearia a seleção de candidatos aos cursos de ingresso e estágios da corporação. Posteriormente, no mesmo ano houve a revalidação dos índices previstos em 2005, mas apenas para os candidatos a cursos ou estágios de policiais da corporação. (POLÍCIA MILITAR DO MARANHÃO, 2007c, 2007d).

Ainda no ano de 2007 tivemos uma outra diretriz que versava sobre o Teste de Aptidão Física, ela direciona e normatiza em busca de selecionar os candidatos aos cursos, estágios e promoções para o público interno, utilizada até hoje como norma regulamentadora. (POLÍCIA MILITAR DO MARANHÃO, 2007e).

No ano de 2009, houve a normatização para a seleção e indicação de candidatos para cursos e estágios (Biênio 2009/2010), sendo a seleção de caráter eliminatório e divididas em duas etapas: a primeira sendo a Junta Militar de Saúde (JMS) e a segunda o Exame de Aptidão Física (EAF), o que permanece vigente até hoje. (POLÍCIA MILITAR DO MARANHÃO, 2009),

As normas de padronização de testes de aptidão física a nível institucional demonstram a preocupação da PMMA com a Educação Física, no entanto, estas normas não têm levando em consideração a atividade desenvolvida em determinadas unidades, o que poderia ser melhor aplicado através de normas específicas para determinados cursos.

Outro ponto a ser mencionado são as reclamações para a inatividade do policial, onde a mais recorrente é a rotina empregada ao serviço e com ela a falta de tempo. Então foi normatizada a concessão de uma rotina do serviço para o Quartel do Comando Geral (QCG) que possibilitasse aos policiais militares horários semanais dentro do trabalho diário que permitisse que esse militar pudesse praticar atividades físicas, corroborando com o trabalho de Jesus e Jesus (2012, p.444) quando afirma:

Entre os motivos que representam barreiras de cunho pessoal, os mais frequentes, independente do sexo e da idade, foram jornada de trabalho, compromissos familiares, tarefas domésticas, falta de companhia e mau humor. Esses motivos estão relacionados, em primeira instância, à falta de tempo dos policiais para se engajarem na prática de atividades físicas, em função da jornada extensa de trabalho.

Dito isto, no ano de 2015 houve a regulamentação de dias semanais e horários para a prática de atividades físicas, com a determinação da rotina administrativa do Quartel do Comando Geral. A Educação Física deveria ser realizada às terças e quintas-feiras, das 07h30 às 09h00, o que abrangeria todos os militares que estivessem de serviço no QCG nos referidos dias. No ano seguinte, em 2016, uma nova portaria ratifica a determinação, permitindo aos militares que mesmo tendo a sua rotina administrativa pudessem se manter ativos. (POLÍCIA MILITAR DO MARANHÃO, 2015, 2016b).

Esta iniciativa possibilita aos militares a chance de aliar seu tempo de trabalho e a sua carência de exercício físico, no entanto, pela falta de fiscalização e controle não é possível ter dados precisos e concretos sobre a efetividade desta ação em prol da tropa. Uma vez que as seções e diretorias deixam de produzir suas atividades, o retorno em benefício da saúde do servidor deve ser o maior objetivo.

Outro ponto a ser discutido, neste mesmo sentido, é a ausência de instrutor capacitado e disponível que possa instruir estes policiais militares em suas atividades físicas, fazendo com que tenham uma orientação especializada e que os levem a desenvolver a atividade de maneira mais produtiva.

Isto posto, é importante frisar que a PMMA não dispõe de quaisquer regramentos que obriguem ou pelo menos fomentem aos demais policiais militares que servem em suas UPM, da capital ou interior, que desempenhem atividade meio ou fim, sejam do policiamento especial, especializado ou ordinário. Não obstante, as ações em prol da EF deveriam ser direcionadas a nível institucional para todas as unidades, no entanto, pela ausência de norteamento, ficam na dependência do bom senso dos comandantes locais para que ela seja ferramenta de benesses em prol da tropa.

4.2 Coordenação de Esporte e Lazer

No ano de 2012, com a intenção de organizar a Educação Física através de políticas para a difusão de normas e diretrizes para toda a instituição, foi designada uma comissão composta por quatro (4) oficiais com a missão precípua de elaborar um projeto legislativo para a criação de um Centro de Educação Física na Polícia Militar do Maranhão (POLÍCIA MILITAR DO MARANHÃO, 2012). No entanto, este projeto não se encontra nos documentos internos publicados.

Em 2014, observou-se que a Polícia Militar do Maranhão já dispunha de uma estrutura considerável de praças desportivas no complexo do Comando Geral. Ela estava em pleno funcionamento com atividades para o público interno e externo, o que demonstrava a importância dessas estruturas para a aproximação de policiais militares, suas famílias e comunidade.

Dito isto, com a intenção de regulamentar um local para gerenciar toda essa estrutura, foi criada a Coordenação de Esporte e Lazer (CEL), sendo regido por um regulamento próprio que dispõe das funções, atribuições e regramentos de utilização das praças desportivas, além da subordinação, tendo ligação direta com o gabinete do subcomandante geral. (POLÍCIA MILITAR DO MARANHÃO, 2014b).

O regimento interno da CEL normatiza a sua coordenação sob responsabilidade de um oficial, chamado de Coordenador de Esporte e Lazer; ele dispõe de um Auxiliar e do serviço de permanência das dependências. Todos estes com atribuições distintas, mas que alinhados dão o suporte necessário para este setor. (POLÍCIA MILITAR DO MARANHÃO, 2014b).

Ainda de acordo com o regimento interno, ao Coordenador incide a responsabilidade de organização do serviço, corrigir posturas inadequadas, tornar eficiente e eficaz a operacionalização das demandas atinentes ao serviço, coordenar e fiscalizar as atividades desenvolvidas no complexo, promover reuniões com periodicidade para alinhamento das determinações, avaliar os meios necessários para a manutenção e execução das atividades e planejar o calendário de atividades e utilização das dependências do complexo esportivo, além de outras atribuições. (POLÍCIA MILITAR DO MARANHÃO, 2014b).

O auxiliar do coordenador de esporte e lazer deve dar orientações, supervisionar e verificar alterações do serviço de permanência, adotar providências cabíveis juntamente com o coordenador quando necessário, prestar informações sobre quaisquer alterações observadas no serviço e nas dependências do complexo. (POLÍCIA MILITAR DO MARANHÃO, 2014b).

O serviço de Permanência do Complexo deve proibir a utilização das dependências sem a devida observação das normas de conduta, traje e disciplina esportiva, manter controle de pessoas que estejam nas dependências, fazer registros no livro diário de ocorrências diversas, manter o controle de estruturas e materiais, cuidar de que os horários estabelecidos sejam cumpridos, fiscalizar a limpeza das dependências, zelar pela integridade física de todos e cumprir os horários previstos de permanência. (POLÍCIA MILITAR DO MARANHÃO, 2014b).

Algumas determinações e orientações ainda constam no regimento interno do CEL como a determinação de dias e horários de utilização das praças desportivas, como requerer através de ofício a utilização dos espaços, quais dependências estariam à disposição daqueles solicitantes, das responsabilidades

individuais e normas de conduta, normas de comportamento e trajés, da identificação necessária para adentrar os espaços, dentre outras.

Hoje a Coordenação de Esportes e Lazer da PMMA está instalada em uma sala no Ginásio Poliesportivo no Complexo do Comando Geral. Ela dispõe de seis policiais militares executando as missões atinentes as determinações normativas da portaria em vigor. Também realizam o serviço diário de guarda e manutenção das instalações físicas do local.

As atuais dependências da sala da Coordenação de Esporte e Lazer encontram-se abaixo (figuras 1 a 3):

Figura 1 – Sala da Coordenação de Esporte e Lazer



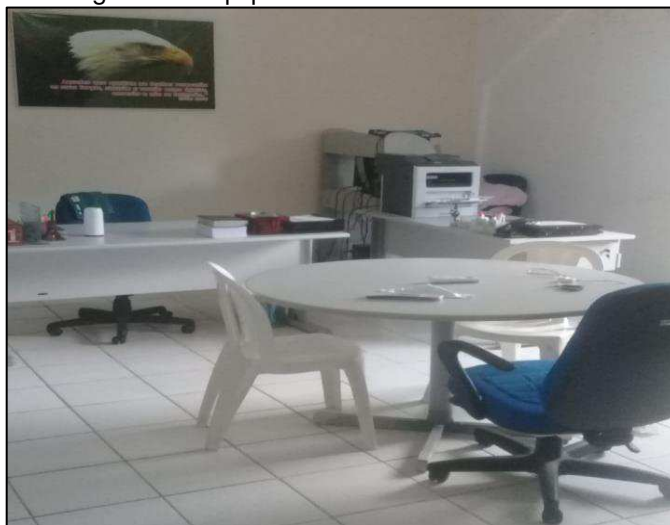
Fonte: Autor (2020)

Figura 2 – Estrutura física da sala da CEL



Fonte: Autor (2020)

Figura 3 – Equipamentos de escritório da CEL



Fonte: Autor (2020)

Pelo levantamento realizado *in loco*, a estrutura da coordenação de esporte e lazer necessita de atenção, pois o erário público ali empregado é de altíssimo valor estratégico para a instituição, uma vez que possibilita aos policiais militares e comunidade envolvida as benesses oriundas dos desportos, o que poderia envolver também muitas atividades físicas, aulas de Educação Física, projetos sociais, fazendo com que os envolvidos possam desfrutar de momentos de sociabilidade e manter o seu corpo ativo.

Como pode ser visto abaixo (figuras 4 a 9) imagens que mostram as praças desportivas da CEL e que demonstram a carência de manutenção, além da sua utilização para outros fins, a exemplo campo de futebol, demonstrado na figura 7, sendo utilizado por uma aeronave.

Figura 4 - Ginásio Poliesportivo (vista superior)



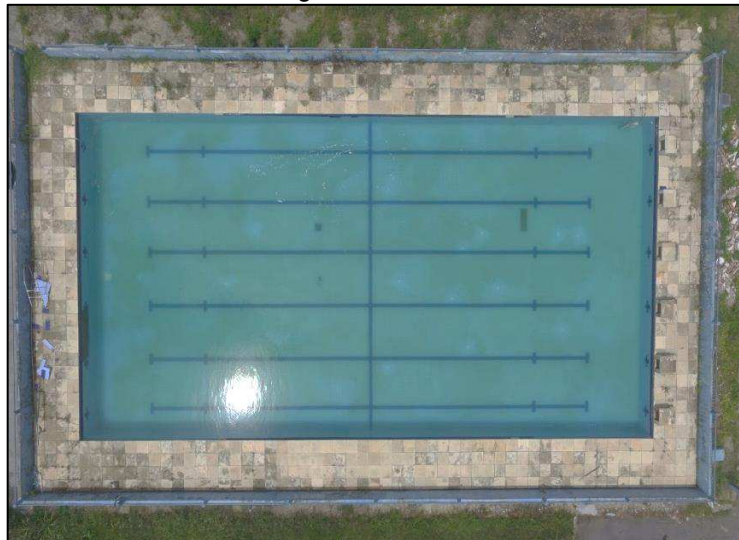
Fonte: Autor (2020)

Figura 5 - Fachada do Ginásio Poliesportivo



Fonte: Autor (2020)

Figura 6 - Piscina



Fonte: Autor (2020)

Figura 7 - Campo de Futebol



Fonte: Autor (2020)

Figura 8 - Campo Society



Fonte: Autor (2020)

Figura 9 - Quadra de Vôlei de Areia



Fonte: Autor (2020)

Disponibiliza-se ainda outras imagens (Apêndice A) para que se possa ter a dimensão das estruturas e da situação que se encontram.

Como pudemos perceber as estruturas desportivas da Coordenação de Esporte e Lazer estão bastante desgastadas devido as intempéries e o uso, necessitando de um aparato organizacional de maior envergadura, tendo em vista toda a demanda que se agiganta frente a pouca organização administrativa e técnica, motivo pelo qual se faz necessária a lotação de Profissionais de Educação Física.

Outro ponto que deve ser considerado é que a portaria que regula a CEL não dispõe da necessidade de efetivo técnico, ou seja, desde a sua chefia se estendendo a todos os policiais militares que estão lotados naquele local, não lhes é exigido possuírem qualquer formação em EF ou curso de capacitação nesta área de conhecimento. (POLÍCIA MILITAR DO MARANHÃO, 2014b).

Fazendo um comparativo com as comissões de desportos das Forças Armadas, as quais foram expostas anteriormente, a CEL não tem desenvolvido quaisquer atividades que se aproximem daquelas organizações, pois não dispõe de aparato material e técnico para abranger a grande demanda nos desportos da instituição.

Pelas pesquisas realizadas, percebe-se que por não dispor de regramento por força de lei, a CEL não possui QO, tampouco é uma unidade orçamentária, o que aliado ao pequeno efetivo, acarreta a ausência de manutenção de estruturas físicas, reposição de materiais de uso diário, materiais esportivo e promoções de desportos, visto que, mesmo dispondo em seu Regimento Interno da previsão de cobrança de taxa para utilização das praças desportivas, ficam na dependência de recursos para o desenvolvimento de qualquer ação. (POLÍCIA MILITAR DO MARANHÃO, 2014b).

5 METODOLOGIA

Conforme encontrado em Marconi e Lakatos (2010, p. 155) a pesquisa "é um procedimento formal, com método de pensamento reflexivo, que requer um tratamento científico e se constitui no caminho para conhecer a realidade ou para descobrir verdades parciais". Pode-se dizer que, utilizar-se dos métodos científicos para através deles buscar resultados e respostas em prol de uma inquietação.

A natureza da pesquisa é fundamental para que possa localizá-la no sentido de prover as soluções a nível local ou universal. Portanto, para esta pesquisa foi adotado o método aplicado, que de acordo com Prodanov e Freitas (2013, p. 51), "objetiva gerar conhecimentos para aplicação prática dirigidos à solução de problemas específicos. Envolve verdades e interesses locais". Desta maneira, entendemos que os objetivos traçados se relacionam estritamente com o conceito acima exposto, pois visam alcançar uma resposta para a grande demanda que se agiganta na instituição.

Existem três tipos de pesquisas científicas quanto aos objetivos segundo Prodanov e Freitas (2013), elas são: a pesquisa exploratória, a pesquisa descritiva e a pesquisa explicativa. Todas elas podem ser utilizadas de maneira singular ou associadas, permitindo ao pesquisador ampliar sua busca. Com isso, fica claro que não é uma tarefa fácil, carecendo de análise e enquadramento no que se objetiva com a pesquisa, uma vez que a temática proposta é ampla e precisa ser delimitada.

Portanto, com o objetivo de conseguir alcançar uma pesquisa mais eficiente, buscamos desenvolver e classificá-la como uma pesquisa exploratória, pois de acordo com Gil (2010), ela busca uma proximidade com o problema, buscando torná-lo mais conhecido. Neste tipo de pesquisa busca-se melhorar ideias e possibilidades, podendo haver maleabilidade para que possa avançar sobre variáveis do tema em comento, neste caso, o uso de fontes bibliográficas e descritivas para que fosse possível detalhá-lo.

A pesquisa realizada neste estudo teve ainda uma abordagem qualitativa, onde se mantém contato direto com o ambiente pesquisado e o objeto de estudo em questão. De acordo com Silva e Menezes (2005, p. 20) a pesquisa qualitativa: "considera que há uma relação dinâmica entre o mundo real e o sujeito, isto é, um vínculo indissociável entre o mundo objetivo e a subjetividade do sujeito que não pode ser traduzido em números".

Este tipo de pesquisa dispensa quantificar os dados, agregando a não separação do que é real da interpretação do pesquisador. Importante verificarmos a forma de interpretar esses dados coletados, a qual definimos por utilizar uma análise indutiva, a qual, de acordo com Silva e Menezes (2005) a experiência é a base para o conhecimento. Diante do raciocínio indutivo podemos chegar a uma conclusão a partir da observação da repetição de fatos, assim a generalização é obtida a partir de constatações assíduas.

Foi utilizada a técnica do levantamento bibliográfico, que segundo Gil (2010, p. 46) "é desenvolvida com base em material já elaborado, constituído principalmente de livros e artigos científicos". Também foi utilizado fontes documentais da própria instituição, os quais são de grande valor para esta pesquisa, pois contém o direcionamento que a PMMA tem tomado em relação a Educação Física, motivo este que norteia e dá sentido a esta pesquisa, e necessita ser exposto.

Buscando materiais que fornecessem base científica para a produção deste trabalho, verificou-se a necessidade de dotação da pesquisa bibliográfica, pois grande parte dos documentos catalogados para a sua coleta de dados encontravam-se nestes materiais: artigos científicos, livros, dissertações, revistas científicas e ainda os documentos eletrônicos se fizeram importantes nessa etapa.

Partindo para os instrumentos de coleta de dados, utilizou-se principalmente através de artigos publicados em revistas periódicas e eletrônicas, livros e os registros institucionais, tendo em vista que a pesquisa proposta alinha uma nova perspectiva sobre uma área de trabalho institucional. Pode-se afirmar que a maior parte dos autores mencionados têm significativa expressão sobre o conteúdo exposto, garantindo assim um maior respaldo científico na revisão de literatura.

É importante ressaltar, pare essa coleta de dados que existem dois tipos de fontes de pesquisa, conforme Rampazzo (2005, p. 51), temos o seguinte conceito:

Toda pesquisa implica o levantamento de dados de variadas fontes. Quando o levantamento ocorre no próprio local onde os fenômenos acontecem, temos uma documentação direta (por exemplo, na entrevista). E, quando o pesquisador procura o levantamento que outros já fizeram temos a documentação indireta. A documentação indireta, por sua vez, pode ser encontrada nas fontes primárias, ou na bibliografia (livros e artigos). No primeiro caso, a pesquisa é documental; no segundo, bibliográfica.

Desse modo, para que fosse realizada esta pesquisa, utilizou-se de documentações indiretas, tendo em vista não terem sido colhidas no próprio local. Dito isto, também foram empregadas fontes secundárias, haja vista que tivemos acesso a dados já estudados, ou seja, para o desenvolvimento do trabalho em comento usou-se de conteúdos em bibliografias que dessem fundamento científico para o estudo.

Inicialmente, foi traçado uma linha de perspectivas que se buscou com a pesquisa, estipulando-se a seguinte sequência: importância da Educação Física para a sociedade, setores de gerenciamento de Educação Física em instituições militares, Educação Física na Polícia Militar do Maranhão e posterior proposta de implantação do Centro de Educação Física da PMMA. Desta forma, foi definido as abordagens de cada capítulo, demonstrando o quanto a EF contribui para o serviço policial militar e por isso, a necessidade de ser melhor empregado e gerenciado pela PMMA, ou seja, a importância de ter um Centro de Educação Física e Desporto.

A maior parte dos materiais utilizados foram obtidos entre o período compreendido entre os meses de fevereiro a abril de 2020, através de busca eletrônica na base de dados do site SCIELO, em sites de instituições militares e através de parte e ofícios para obtenção de documentos institucionais da PMMA. Estes materiais foram compilados e distribuídos conforme a temática para a construção de referencial teórico de cada capítulo.

Portanto, como mencionado acima, decidiu-se fazer um levantamento bibliográfico, nos cercando do assunto proposto pelo embasamento teórico acerca da Educação Física e sua relevância para a sociedade, setores de gerenciamento da EF em instituições militares que a difundiram no cenário nacional, pois a história desta ciência está atrelada aos militares, depois verificamos como a PMMA tem gerenciado a EF a nível institucional, para que através da análise qualitativa pudéssemos ter embasamento teórico para alcançar o nosso objetivo geral, que é propor o melhor gerenciamento da EF através da criação do Centro de Educação Física e Desporto da PMMA.

6 PROPOSTA DE IMPLANTAÇÃO DO CENTRO DE EDUCAÇÃO FÍSICA E DESPORTOS NA POLÍCIA MILITAR DO MARANHÃO

O policial militar é envolvido por uma série de fatores que o torna um tipo de servidor público diferenciado, carecendo assim de políticas de promoção de saúde mais amplas, tendo em vista o condicionamento físico que deve manter para o bom desempenho de suas funções.

Fica transparente que há uma demanda a ser preenchida peculiar a atividade exercida, a de policial militar. Moura (2015) afirma que é necessário que o indivíduo esteja em constante movimento, pois isso promoverá um melhor condicionamento e o fortalecimento muscular.

Dito isto, pode-se afirmar que a PMMA tem tomado algumas medidas em prol do favorecimento à saúde e bem-estar de sua tropa. No entanto, estas políticas internas ainda carecem de maior atenção diante da demanda. Como exposto anteriormente, as instituições militares têm tomado a iniciativa de setorizar a EF para que ela seja mais bem gerida, o que se torna necessário diante da realidade local.

Importante frisar como as ações na área da EF na PMMA têm sido realizadas. De acordo com as pesquisas, percebemos que elas têm sido delegadas a comissões, onde militares com formação na área sugerem ao comando da instituição como devem ser o direcionamento em determinados assuntos, e depois de analisados são publicados e passam a gerar as ações específicas sobre o conteúdo. Ainda de acordo com as pesquisas, não existem estudos publicados nos documentos analisados que embasem tais determinações. Há uma responsabilidade muito grande nestes regramentos, necessitando de fundamentos científicos.

Há bastante tempo a PMMA tem necessitado de um setor que centralize e gerencie tudo que envolve a EF, ou seja, promoção e orientação de atividades físicas, TAFs, melhor gerenciamento do esporte, projetos sociais que envolvam a EF, dentre outras demandas. Hoje, mesmo dispondo da Coordenação de Esporte e Lazer, ela contribui pouco diante das carências da EF na instituição. Percebendo a atual situação da PMMA surge a necessidade de ser implantado um Centro de Educação Física e Desporto (CEFD), tendo em vista tantas atribuições que poderiam estar sendo mais bem gerenciadas.

6.1 Atuação do CEFD

Acima de tudo, é importante que o Centro de Educação Física e Desporto atue de maneira científica e técnica, visando assim o respaldo para suas ações e o norteamento da EF a nível institucional. Fica claro que, há uma necessidade latente do CEFD ter em seu quadro Profissionais de Educação Física diplomados em instituições de ensino reconhecidas e ou formados em instituições militares que capacitem estes policiais na área de EF.

O Centro de Educação Física e Desporto deve ser o setor em que serão expedidas todas as orientações e direcionamentos no que se refere à Educação Física na instituição. Nele, é interessante que sejam criadas as políticas de Educação Física que nortearão a corporação na busca por benefícios para os policiais militares, o que pode ser estendido a outros públicos.

Pelas pesquisas realizadas junto a outras instituições, foi percebido que apesar da atividade singular, todas elas dispõem de estrutura organizacional de uma UPM, pois essa organização administrativa fornece sustentação para o trabalho técnico e científico a ser desenvolvido, tornando-se inexecutável sem que haja este aparato organizacional. Nela, serão empregados esforços em prol de recursos humanos, a administração de materiais e um trabalho de visibilidade das ações.

Posteriormente, na parte técnica, foco principal deste Centro, se faz importante todo o levantamento realizado nas instituições expostas anteriormente, elas servirão de base amostral de como estão estruturadas, e assim proceder com as necessidades locais, aplicando junto a este setor. Há de se ressaltar que existem algumas demandas a serem preenchidas com esta organização por conteúdos técnicos.

Algo primordial de atuação no CEFD são os estudos e pesquisas que viabilizem o direcionamento de ações de acordo com a ciência. Assim poderemos ter uma EF com embasamento teórico e prático, tendo alicerce técnico. Poderão ser reorganizadas as determinações quanto aos TAFs de ingresso, promoção, curso ou estágios; estudos de incentivo a prática de EF que levem em consideração a individualidade biológica e práticas de grupo; iniciativas de atividades físicas focadas na EF funcional; a produção de material científico que busque evitar lesões nas diversas modalidades do desporto; dentre outras.

Testes e avaliações também devem ser geridos neste centro, pois encontram respaldo em leis que regem a instituição, eles devem ter caráter técnico e isonômico para que o militar se sinta envolto de uma estrutura organizacional capacitada. Além disso, é importante uma política de cuidado com o policial, possibilitando acesso a avaliações físicas que possam subsidiar e orientar a um estilo de vida diferenciado, voltado para a saúde.

Por fim, e não menos importante, o desporto carece de especial atenção. Exemplo tirado das instituições pesquisadas, como nas forças armadas, e que nos garantem a necessidade desta área de atuação. As demandas no desporto da PMMA são muitas, pois como mencionado anteriormente urge a sua organização nas suas diversas modalidades

6.2 Organização Administrativa

É importante salientar que, como falado anteriormente, o CEFD possui uma missão precípua de gerenciamento da EF, no entanto, deve possuir uma organização que permita gerenciar a parte administrativa, e outra que proporcione a parte técnica que a Educação Física carece, e que possam fornecer os subsídios necessários as principais áreas a serem exploradas a nível institucional.

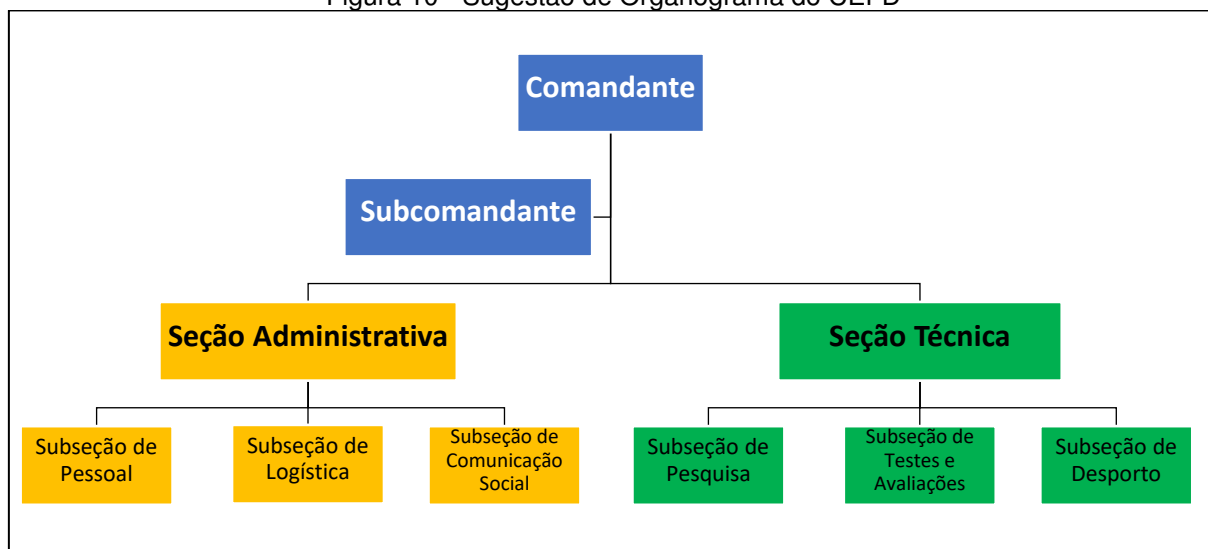
Pôde-se constatar a partir da análise das instituições, que os setores que gerenciam a EF conservavam a mesma estrutura organizacional que uma UPM, ou seja, estes setores de gerenciamento da EF dispõem das funções de comandante, do subcomandante, do Estado Maior e dispõem de setores técnicos que julgam necessários da Educação Física a nível institucional.

Desta maneira, levando em consideração o estudo realizado onde existem funções de caráter técnico, bem como as carências da realidade local, acredita-se que seja relevante as seguintes funções:

- Comando
- Subcomando
- Seção Administrativa
- Seção Técnica
- Subseção de Pessoal
- Subseção de Logística
- Subseção de Comunicação
- Subseção de Pesquisa
- Subseção de Testes e Avaliações
- Subseção de Desporto

Com esta proposta, não se tem a intenção de determinar um modelo de aplicação pronto e acabado, mas de sugerir um trabalho que possa ser aplicado e subsidiar novas pesquisas para aperfeiçoamento. Entende-se que a estruturação administrativa proposta pode ser mais bem visualizada pelo seguinte organograma:

Figura 10 - Sugestão de Organograma do CEFD



Fonte: Autor (2020)

Dito isto, é importante notar que existem algumas particularidades em cada uma destas funções, visto que, cada qual tem um papel específico na organização. É importante salientar que seria interessante que oficiais e praças envolvidos no CEFD tivessem formação ou capacitação na área de EF por motivos técnicos.

A figura do Comandante é de extrema relevância, pois é o maior exemplo de Profissional de Educação Física que a instituição possa ter. Este comando deve ser exercido por um Tenente-Coronel que tenha necessariamente o curso de Educação Física ou curso similar, cursado na instituição, coirmã ou em unidade de ensino superior. Além das atribuições peculiares ao Centro, ele terá todas as atribuições contidas no RISG para o desempenho de tal função.

Outro oficial de extrema importância é o Subcomandante, pois carrega consigo toda a simbologia inerente à função que ocupa e de ser exemplo na área. Esta função deve ser exercida por um Major que tenha necessariamente o curso de Educação Física ou curso similar, cursado na instituição, coirmã ou em unidade de ensino superior. Assim como o comandante, o subcomandante também disporá das atribuições peculiares contidas no RISG para o desempenho da sua função.

Buscando uma organização administrativa mais enxuta, que seja eficiente e permita nortear as atribuições, optamos por ter apenas duas seções, uma responsável pelos recursos humanos e outra responsável pela parte específica da Educação Física no CEFD.

A seção administrativa deverá ser chefiada por um oficial intermediário, que tenha preferencialmente o curso de Educação Física ou curso similar, cursado na instituição, coirmã ou em unidade de ensino superior. Terá a função de supervisionar todas as subseções que estão sob seu comando coordenando os recursos humanos, administrando materiais e supervisionando a relação de divulgação de ações. Para a realização destas atribuições contará com a subseção de pessoal, a subseção de logística e a subseção de comunicação social.

A seção técnica deverá ser chefiada por um oficial intermediário, que tenha necessariamente o curso de Educação Física ou curso similar, cursado na instituição, coirmã ou em unidade de ensino superior. Este Oficial preferencialmente deverá ter especialização, mestrado, doutorado ou pós-doutorado em EF. Terá a função de supervisionar todas as subseções que estão sob seu comando. Para a realização destas atribuições contará com a subseção de pesquisa, a subseção de testes e avaliações e a subseção de desportos.

As subseções administrativas deverão ser chefiadas por 1º Tenentes que tenha preferencialmente curso de Educação Física ou curso similar. Serão os assessores diretos do chefe da seção administrativa quando se tratar de sua área de atuação. Os chefes das subseções técnicas deverão ser 1º Tenentes que tenham necessariamente o curso de Educação Física ou similar. Serão os assessores diretos do Chefe da Seção Técnica quando se tratar de sua área específica.

Toda unidade policial militar (UPM) é formada por oficiais e praças que executam as missões atinentes a unidade, sendo algumas funções fundamentais para que se torne viável a execução das atribuições, nelas figuram o sargenteante, os auxiliares das seções e subseções e o efetivo de guarda. Entendemos que por se tratar de uma UPM com finalidade específica, é importante que todas as praças tenham alguma formação na área de Educação Física, salvo o efetivo de guarda.

Todas as funções de auxiliares deverão ser ocupadas por praças que ajudarão os oficiais nas seções, devendo executar as missões por eles confiadas de maneira a dar agilidade nas escriturações administrativas e específicas da parte técnica do CEFD, além das atribuições contidas no RISG.

Uma das funções de auxiliares é a função de Sargenteante, que merece destaque; esta deverá ser exercida por um 1º Sargento, o qual será o auxiliar direto do Chefe da Seção de Pessoal na execução de suas incumbências, competindo a este todas as atribuições contidas no RISG.

Para o serviço de guarda, entendemos que deva ser exercida por praças que terão a missão precípua de fazer a segurança de todos os terrenos desportivos sob responsabilidade do CEFD, além das prescrições previstas no RISG; eles serão distribuídos conforme escala da Subseção Pessoal.

Considerando toda a demanda, o CEFD deve ter um efetivo de cerca de quarenta (40) policiais, que ficariam distribuídos desta maneira:

Quadro 3 - Distribuição do efetivo do CEFD

Postos de serviço		Efetivo
Oficiais	Comando	1
	Subcomando	1
	Seções	2
	Subseções	6
Praças	Auxiliares do Comando e Subcomando	3
	Auxiliares das Seções e Subseções	15
	Guarda	12
TOTAL		40 Militares

Fonte: Autor (2020)

A estrutura física é outro ponto fundamental para que possamos ter sucesso na aplicação da proposta. O ginásio poliesportivo conta com duas salas amplas e equipadas com materiais de escritório. Elas poderão dar o suporte organizacional para que sejam instaladas as seções que comporão o centro. Importante salientar que para que tenhamos uma maior organização algumas outras ampliações devem ser realizadas, pois a atual estrutura carece de um depósito de materiais, outra seção com materiais de escritório e todo um aparato de materiais desportivos para a prática das atividades no centro e atividades externas.

Por fim, o CEFD deve manter um quadro de militares Profissionais de Educação Física para o auxílio, sempre que necessário, das missões atinentes ao centro que porventura, as demandas sejam maiores que as possibilidades de atendimento por parte do quadro organizacional.

6.3 Atribuições do CEFD

A principal atribuição do CEFD é a de servir como unidade de gerenciamento da EF e assessoria do Comandante Geral em assuntos pertinentes a ciência. Entende-se que as atribuições desenvolvidas pelo CEFD devem contemplar as demandas que carecem de atenção por parte da instituição. Fica transparente que, para a realização destas atribuições há necessidade de ratear o trabalho por grupos temáticos fazendo com que sejam aplicáveis e relevantes para todos os envolvidos.

Para a realização das demais atribuições do CEFD, entende-se que toda a estrutura organizacional deve participar, seções e setores subordinados a elas, as subseções. Assim, montou-se um quadro demonstrativo da divisão das atribuições por subseções, como sugestão de atuação:

Quadro 4 - Atribuições das Subseções

Seção Administrativa	Subseção de Pessoal	<ul style="list-style-type: none"> • manter relação de efetivo; • escalar os policiais militares; • manter atualizados os históricos do efetivo; • dar recebimento em documentações; • fiscalizar a produção do boletim interno; • executar a justiça e a disciplina; • protocolar e arquivar documentos • manter os fichários organizados e atualizados; • expedir as ordens do serviço diário; • produzir e organizar os boletins internos do CEFD; • manter arquivo com os Boletins Gerais; • manter arquivo com portarias de interesse do CEFD; • preparar informações quanto a disciplina do efetivo; • preparar os processos de seleção para os quadros de professores e árbitros;
-------------------------	------------------------	--

	<p>Subseção de Logística</p>	<ul style="list-style-type: none"> • prover materiais e serviços de apoio e logística; • fiscalizar estruturas e materiais • manter ligação com a Seção Técnica para providenciar o apoio material à execução dos programas de instrução e às demais subções para execução do plano de emprego da unidade; • controlar armamento e munições de acordo com normas vigentes; • controlar materiais esportivos de carga do CEFD; • produzir normas de controle das dependências de responsabilidade do CEFD.
	<p>Subseção de Comunicação Social</p>	<ul style="list-style-type: none"> • desenvolver diretrizes de comunicação social • dar suporte técnico referente a comunicação social; • divulgar as ações desenvolvidas; • executar pesquisa sobre a satisfação do público interno; • planejar ações que visem minimizar os problemas levantados na pesquisa de satisfação; • planejar e organizar os eventos sociais e cerimônias cívico-militares do CEFD; • auxiliar no planejamento e organização dos eventos da Seção Técnica; • planejar e executar os assuntos de assistência social do CEFD; • ter controle de datas de relevância para a PMMA e CEFD; • realizar projetos sociais no âmbito do CEFD;

Seção Técnica	Subseção de Pesquisa	<ul style="list-style-type: none">• coordenar todas as ações que envolvam pesquisa;• cuidar de dados estatísticos das ações desenvolvidas;• produzir relatório de pesquisas;• produzir conteúdo científico em prol de desenvolver uma doutrina que regule a Educação Física e o desporto;• cuidar da capacitação dos profissionais;• dar cientificidade às ações desenvolvidas pelo CEFD;• propor intervenções de treinamento físico que considere a atividade desempenhada em cada UPM;• manter estatísticas sobre lesões da tropa;• buscar meios científicos necessários para a prevenção de lesões dos policiais militares;• disponibilizar pesquisas do acervo próprio para quaisquer policiais militares interessados.• propor parcerias com entidades públicas e ou privadas para desenvolvimento de pesquisas.
---------------	----------------------	---

	Subseção de Testes e Avaliações	<ul style="list-style-type: none">• planejar, apoiar, controlar e fiscalizar a execução de avaliações físicas e Testes de Aptidão Físico;• aplicar os testes e índices desenvolvidos pela subseção de pesquisa;• arquivar um banco de dados que contenha os resultados dos testes físicos realizado pelos policiais;• proporcionar às UPM um programa de atividades físicas para buscar qualidade de vida dos policiais militares lotados na unidade;• apoiar a subseção de comunicação no que concerne a atividades física em projetos sociais;• coordenar os treinamentos físicos funcionais;• coordenar e realizar as avaliações físicas e prescrições de exercícios, e avaliação nutricional.• propor parcerias com entidades públicas e ou privadas que possibilitem avaliações físicas e nutricionais de policiais militares.
--	---------------------------------	--

	Subseção de Desportos	<ul style="list-style-type: none"> • coordenar as atividades desportivas no CEFD; • coordenar equipes representativas no desporto da PMMA; • planejar e executar competições internas que promovam a integração entre as unidades; • apoiar policiais militares atletas que tenham bom desempenho; • incentivar a prática de esportes pelos policiais militares; • estabelecer um padrão para todas as equipes representativas da PMMA no desporto; • estabelecer o funcionamento de treinos das equipes desportivas; • apoiar a Subseção de Comunicação no que concerne ao Desporto em projetos sociais; • selecionar policiais militares atletas que se voluntariem em participar de equipes representativas da PMMA; • estabelecer um calendário de atividades e competições; • estabelecer um programa de treinamento de lutas; • propor parcerias com entidades públicas e ou privadas que possibilitem a prática de desportos e lutas.
--	-----------------------	--

Fonte: Autor (2020)

Assim, entende-se que esta proposta de estrutura organizacional para a implantação do Centro de Educação Física e Desporto na Polícia Militar do Maranhão segue os modelos estudados e avaliados, para que assim a Educação Física possa ser melhor gerenciada, possuindo um local específico para que as políticas, determinações e orientações acerca desta importante ciência sejam postas em prática em benefício dos policiais militares, da instituição e a sociedade.

7 CONCLUSÃO

A elaboração do presente trabalho viabilizou a percepção do quão importante é um setor que gerencie a Educação Física a nível institucional, fazendo com que as ações que envolvam esta ciência sejam desenvolvidas e empregadas a partir de estudos e pesquisas que deem o respaldo e o embasamento científico para tais ações. Importante salientar que a aplicação desse estudo quebra um paradigma institucional que paira sobre a Educação Física.

De um modo geral, a pesquisa destacou a Educação Física como ciência e suas contribuições para a sociedade, que nos forneceram uma visão geral do cenário mundial onde as novas tecnologias propiciam um estilo de vida sedentário com as comodidades trazidas pela evolução tecnológica, o que afeta toda a sociedade, inclusive os militares. Pela pesquisa, ficou evidente que a prática de atividades físicas é fundamental para a promoção de saúde e bem-estar, alcançando assim o nosso primeiro objetivo específico de apresentar os benefícios da EF.

Em um segundo momento pesquisamos as instituições militares das forças armadas e polícias militares mais tradicionais, sendo encontradas em todas elas a setorização da EF, tornando mais efetivas as ações de promoção de medidas em benefício da tropa. Ou seja, diante dos objetivos propostos, pudemos alcançar o de pesquisar as instituições militares para que elas fornecessem modelos a serem observados. Importante mencionar que a organização administrativa das instituições pesquisadas têm diferentes arranjos organizacionais, mas todos convergem para a promoção da ciência da EF, respaldando ações que envolvam a EF na instituição.

Posteriormente, através das pesquisas em documentos internos, verificou-se as medidas tomadas nos últimos quinze (15) anos que de alguma maneira envolvessem a EF. Percebeu-se que por não haver um local de gerenciamento, tais medidas foram elaboradas por comissões delegadas. Notamos, desta maneira, que há prejuízos institucionais, pois estas ações poderiam encontrar guarida em um setor que pudesse administrar todas as pautas relacionadas a EF na instituição e assim utilizá-la como ferramenta de benesses para os policiais militares. Aqui, conseguimos atingir o nosso último objetivo específico de verificar como funciona a Educação Física na PMMA.

Diante destes objetivos específicos que foram alcançados ao longo do trabalho, pudemos concretizar o nosso objetivo geral, de propor a criação do Centro de Educação Física e Desporto na Polícia Militar do Maranhão.

Como visto no decorrer do trabalho, a PMMA já possui recursos estruturais, militares com formação na área e uma grande demanda a ser atendida, no entanto, há um entrave ocasionado pela descentralização. Notamos que há muito tempo este setor deveria ter sido criado, pois torna-se inconcebível exigir preparo físico do policial, sem que sejam viabilizadas as condições necessárias, sem que se trate a Educação Física como protagonista do cenário da saúde e bem-estar, sem que a Instituição demonstre a seriedade que trata tal ciência.

Dada à importância, é evidente a necessidade de desenvolvimento desta área de pesquisa, tendo neste primeiro momento essa proposta de aplicação do trabalho. Cabe, desta forma, suscitar esta temática estrutural, proporcionando maior qualidade na prestação de serviço, atendendo às demandas que se tornam maiores a cada dia, solucionando às diferentes necessidades dos servidores militares que serão beneficiados por esta perspectiva em relação a ciência da Educação Física.

Destarte, cabe refletir sobre a implantação do Centro de Educação Física e Desporto na Polícia Militar do Maranhão, mesmo que os moldes permeiem por maneiras diferentes de execução contidas neste trabalho, no entanto, ele deve servir de base reflexiva para uma nova percepção institucional acerca das benesses oriundas de uma EF que seja trabalhada de maneira científica.

Dito isto, cabe ressaltar que todo o conteúdo exposto viabiliza uma organização estrutural e organizacional que melhora significativamente as condições em que estão inseridas a Educação Física na instituição, mas todo o trabalho deve ser empregado em prol de favorecer uma proposta de projeto de lei que vise esta organização, pois sem uma lei que regulamente este Centro, continuaremos a ter algumas dificuldades a serem superadas.

Este Centro proporcionará ganhos significativos para a instituição como um todo, pois os policiais militares terão a possibilidade de ganhos em saúde e qualidade de vida, diminuição do efetivo ausente na escala de serviço por tratamentos de saúde, redução de gastos com tratamentos de doenças, além de propiciar indivíduos mais bem preparados e dispostos no enfrentamento à criminalidade, o que torna esta pesquisa e temática realmente significativa para a sociedade em geral.

REFERÊNCIAS

ALMEIDA, A. J. História da Educação Física no exército brasileiro: história do corpo e formação do estado. **Record**: revista de história do esporte, v. 3, n. 2, dez. 2010.

ASSUMPÇÃO, L. O. T.; MORAIS, P. P.; FONTOURA, H. Relação entre atividade física, saúde e qualidade de vida. Notas introdutórias. Universidade Católica de Brasília. **Lecturas**: educación física y deportes, Buenos Aires, ano 8, n. 52, set. 2002. Disponível em: <https://www.efdeportes.com/efd52/saude.htm>. Acesso em: 15 mar. 2020.

ÁVILA, E. B.; SOARES, R. M.; NEVES, B. M. O surgimento da Educação Física no meio militar: Um estudo comparativo entre a Marinha e o Exército Brasileiro. **Navigator: subsídios para a história marítima do Brasil**. Rio de Janeiro, v. 12, n. 23, p. 102-107, 2016.

BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil**: texto constitucional promulgado em 5 de outubro de 1988. Brasília: Senado Federal, Subsecretaria de Edições Técnicas, 2016.

CANCELLA, K. B. **O esporte e as Forças Armadas na Primeira República**: das atividades *gymnásticas* às participações em eventos esportivos internacionais (1890-1922). Rio de Janeiro, 2013. Dissertação (Mestrado em História Comparada) – Programa de Pós- Graduação em História Comparada, Instituto de História, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2013.

CARVALHO, J. M. **Forças Armadas e Política no Brasil**. 2. Ed. Rio de Janeiro: Ed. Jorge Zahar, 2006.

CASTRO, C. Os militares e a introdução da Educação Física no Brasil. **Antropolítica**, Niterói, RJ, n. 2, p.61-78, 1997.

COMISSÃO DE DESPORTOS DA AERONÁUTICA. **Asas do desporto nacional: 50 anos de história**. Rio de Janeiro, 2018. 242 p.

CUNHA, W. G. **Benefícios da atividade física para o policial militar**. Goiânia: Universidade Estadual de Goiás, 2017.

DISTRITO FEDERAL. **Decreto nº 37.321, de 06 de maio de 2016**. Regulamenta o inciso II do art. 48 da Lei nº 6.450, de 14 de outubro de 1977, definindo os órgãos de apoio e de execução da Polícia Militar do Distrito Federal, e dá outras providências.

EXÉRCITO BRASILEIRO. **Boletim do exército nº 1/2013. Portaria nº 1.098, de 28 de dezembro de 2012**. Organiza o Centro de Capacitação Física do Exército e Fortaleza de São João e dá outras providências. Brasília, DF: Ministério da Defesa, 2013.

EXÉRCITO BRASILEIRO. **Boletim do Exército nº 50, de 13 de dezembro de 2002. Portaria nº 700, de 2 de dezembro de 2002**. Aprova o Regulamento da Escola de Educação Física do Exército (R-168).

GERMANO, J. M; GUEDES, D. P; NETO, J. T. M; LOPES, V; SILVA, A. J. R. M. Aptidão física relacionada à saúde de escolares: programa *fitnessgram*. **Revista Brasileira de Medicina do Esporte**, v. 18, n. 2, mar/abr, 2012.

GIL, A. C. **Como elaborar projetos de pesquisa**. São Paulo: Atlas, 2010.

GUALANO, B.; TINUCCI, T. Sedentarismo, exercício físico e doenças crônicas. **Revista brasileira de Educação Física e do Esporte**, São Paulo, v.25, p.37-43, dez. 2011.

JESUS. G. M.; JESUS, E. F. A. Nível de atividade física e barreiras percebidas para a prática de atividades físicas entre policiais militares. **Revista Brasileira de Ciências do Esporte**, Florianópolis, v. 34, n. 2, p. 433-448, abr./jun. 2012.

LIMA, R. R. História da Educação Física: algumas pontuações. **Rev. Eletrônica Pesquiseduca**, Santos, v. 7, n. 13, p. 246-257, jan/jun. 2015.

MARCONI, M. A.; LAKATOS, E. M. **Fundamentos de metodologia científica**. São Paulo: Atlas, 2010.

MARINHA DO BRASIL. Comando-Geral do Corpo de Fuzileiros Navais. Portaria nº 81/CGCFN, de 7 de junho de 2016. Aprova o Regulamento do Centro de Educação Física Almirante Adalberto Nunes. **Boletim da Marinha do Brasil Tomo I (administrativo) nº 06/2016**. Rio de Janeiro: Marinha do Brasil, 2016. p. 20 – 25.

MENDES, C. M. L.; CUNHA, R. C. L. As novas tecnologias e suas influências na prática de atividade física e no sedentarismo. **Revista Interfaces: saúde, humanas e tecnologia**. Faculdade Leão Sampaio, Ano 1, v. 1, n.3, jun, 2013.

MONTEIRO, M.F; SOBRAL FILHO, D.C. Exercício físico e o controle da pressão arterial. **Revista brasileira de Educação Física e Esporte**, v. 10, n. 6, p. 513-516, 2004.

MOURA, T. I. **Epopéia de bravos guerreiros**. São Paulo. 2015.

NAHAS, M. V.; GARCIA, L. M. T. Um pouco de história, desenvolvimento recente e perspectivas para a pesquisa em Atividade Física e saúde no Brasil. **Revista Brasileira de Educação Física e Esporte**, São Paulo, v. 24, p. 135 - 148, jan/mar, 2010.

NAHAS, M. V.; BARROS, M. V. G.; FRANCALACCI, V. L. O pentágono do bem-estar: base conceitual para avaliação do estilo de vida dos indivíduos ou grupos. **Revista Brasileira de Atividade Física e Saúde**, Pelotas, v. 5, n. 2, p. 48-59, 2000.

OMENA, V. **Saúde do trabalhador**. São Paulo. 2011.

PARANÁ. **Lei 19.462, de 21 de abril de 2018**. Altera os dispositivos que especifica da Lei 16.575, de 28 de setembro de 2010, que dispõe que a Polícia Militar do Estado do Paraná destina-se à preservação da ordem pública, à polícia ostensiva, à execução de atividades de defesa civil, além de outras atribuições previstas na legislação federal e estadual.

PEREIRA, E. F.; TEIXEIRA, C. S.; SANTOS, A. Qualidade de vida: abordagens, conceitos e avaliação. **Rev. bras. Educ. Fís. Esporte**, São Paulo, v.26, n.2, p.241-50, abr./jun. 2012.

POLÍCIA MILITAR DO ESTADO DE ALAGOAS. **Lei n.º 6.399, de 15 de agosto de 2003**. Aprova a organização básica da Polícia Militar do Estado de Alagoas e dá outras providências. Alagoas: PMAL, 2003.

POLÍCIA MILITAR DO ESTADO DE SÃO PAULO. Portaria n.º PM 1-004/04/12. Regimento interno da escola de Educação Física. **Boletim Geral da PM n.º 079, de 25 de abril de 2012**. São Paulo: PMSP, 2012.

POLÍCIA MILITAR DO ESTADO DE SÃO PAULO. **História da PM**. Disponível em: <https://www.policiamilitar.sp.gov.br/institucional/historia-da-pm>. Acesso em: 18 abr. 2020.

POLÍCIA MILITAR DO ESTADO DO PARANÁ. **Decreto n.º 7.339 - 08/06/2010**. Aprova o Regulamento Interno e dos Serviços Gerais da PM. Paraná: PMPR, 2010.

POLÍCIA MILITAR DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO. Portaria PMERJ n.º 0761, de 28 de abril de 2017. Aprova o Regimento Interno do Centro de Educação Física e Desportos – Coronel Oézer de Carvalho Fernandes na Polícia Militar do Estado do Rio de Janeiro (RI-CEFD). **Boletim da Polícia Militar n.º 079 de 02 de maio de 2017**. Rio de Janeiro: PMRJ, 2017.

POLÍCIA MILITAR DO MARANHÃO. 3ª Parte – Assuntos Gerais e Administrativos. **Boletim Geral n.º 005 de 07 de janeiro de 2005**. Maranhão: PMMA, 2005a. p. 116 – 117.

POLÍCIA MILITAR DO MARANHÃO. **Portaria n.º 001/2005 – GCG**. Aprovar as “Normas para o Planejamento e Conduta do Ensino - NPCE”. Anexo K. Diretriz de Normatização para Aplicação do Exame de Aptidão Física (EAF), no âmbito da Corporação. **Boletim Geral n.º 034 de 22 de fevereiro de 2005**. Maranhão: PMMA, 2005b. p. 578 – 623.

POLÍCIA MILITAR DO MARANHÃO. Indicação Para Curso. **Boletim Geral n.º 008 de 11 de janeiro de 2006**. Maranhão: PMMA, 2006. p. 138.

POLÍCIA MILITAR DO MARANHÃO. Educação Física - Instrutor – Indicação. **Boletim Geral n.º 107, de 11 de junho de 2007**. Maranhão: PMMA, 2007a. p. 1908 – 1909.

POLÍCIA MILITAR DO MARANHÃO. Curso Para Fora do Estado. **Boletim Geral n.º 158, de 22 de agosto de 2007**. Maranhão: PMMA, 2007b. p. 2948.

POLÍCIA MILITAR DO MARANHÃO. Portaria nº 001 /2007 – GCG. Aprovar as Normas para Seleção e indicação de candidatos para Cursos e Estágios (Biênio 2007/2008). **Boletim Geral nº 008, de 11 de janeiro de 2007**. Maranhão: PMMA, 2007c. p. 158 – 197.

POLÍCIA MILITAR DO MARANHÃO. Portaria nº 006 /2007 - GCG. Aprovar a Diretriz Específica de Normatização para aplicação do Exame de Aptidão Física (EAF) para a seleção de candidatos aos diferentes cursos e/ou estágios para ingresso na Corporação. **Boletim Geral nº 033, de 15 de fevereiro de 2007**. Maranhão: PMMA, 2007d. p. 626 – 634.

POLÍCIA MILITAR DO MARANHÃO. Portaria nº 018/2007 – GCG. Revalidar, em parte, a Diretriz de Normatização para aplicação do Exame de Aptidão Física (EAF) no âmbito da Corporação, que haviam sido aprovadas para o biênio 2005/2006 pela Portaria nº 001/2005-GCG, de 14/02/2005, publicada no Boletim Geral nº 034, de 22/02/2005 **Boletim Geral nº 056, de 23 de março de 2007**. Maranhão: PMMA, 2007e. p. 1011 – 1012.

POLÍCIA MILITAR DO MARANHÃO. AUXILIAR EM TREINAMENTO FÍSICO – INDICAÇÃO. **Boletim Geral nº 149, de 08 de agosto de 2008**. Maranhão: PMMA, 2008. p. 2864.

POLÍCIA MILITAR DO MARANHÃO. Portaria nº 022/2009 – GCG. Aprovar as Normas para a Seleção e Indicação de Candidatos para Cursos e Estágios (Biênio 2009/2010). **Boletim Geral nº 059, de 31 de março de 2009**. 2009. p. 1236 – 1242.

POLÍCIA MILITAR DO MARANHÃO. Portaria nº 012/2012-GCG. Designar uma Comissão de Estudos, para apresentar uma proposta de projeto de lei que vise a criação de um Centro de Educação Física na Polícia Militar do Maranhão. **Boletim Geral nº 048 de 12 de março de 2012**. Maranhão: PMMA, 2012. p. 1015-1016.

POLÍCIA MILITAR DO MARANHÃO. Indicação para Curso Fora do Estado com Ônus. **Boletim Geral nº 141, de 1º de outubro de 2014**. Maranhão: PMMA, 2014a. p. 3375.

POLÍCIA MILITAR DO MARANHÃO. Portaria nº 050/2014-GCG. Instituir no âmbito da Polícia Militar do Maranhão a Coordenação de Esporte e Lazer da Polícia Militar do Maranhão (CEL). Aprovar o Regimento Interno do Complexo Esportivo do Quartel do Comando Geral da Polícia Militar do Maranhão e a Instrução Normativa nº 001/2014-CEL, conforme Anexos I e II, respectivamente. **Boletim Geral nº 116, de 26 de agosto de 2014**. Maranhão: PMMA, 2014b. p. 2856 – 2864.

POLÍCIA MILITAR DO MARANHÃO. Portaria nº 074/2015-GCG. Determinar o funcionamento administrativo da Polícia Militar no Quartel do Comando Geral (QCG). **Boletim Geral nº 211, de 26 de novembro de 2015**. Maranhão: PMMA, 2015. p. 6235.

POLÍCIA MILITAR DO MARANHÃO. Indicação para Curso Fora do Estado com Ônus. **Boletim Geral nº 228, de 13 de dezembro de 2016**. Maranhão: PMMA, 2016a. p. 6618. 2016.

POLÍCIA MILITAR DO MARANHÃO. Portaria nº 045/2016-GCG. Determinar o funcionamento administrativo da Polícia Militar no Quartel do Comando Geral (QCG). **Boletim Geral nº 088, de 12 de maio de 2016**. Maranhão: PMMA, 2016b. p. 2471-2472.

PRODANOV, C.; FREITAS, E. **Metodologia do trabalho científico**: métodos e técnicas da pesquisa e do trabalho acadêmico. 2. ed. Novo Hamburgo: FEEVALE, 2013.

RAMPAZZO, L. **Metodologia Científica**. 3. ed. São Paulo: Edições Loyola, 2005.
RODRIGUES, D. **Condicionamento físico na profissão militar**. São Paulo. 2012.

ROSCHEL, H.; TRICOLI, V.; UGRINOWITSCH, C. Treinamento físico: considerações práticas e científicas. **Revista Brasileira de Educação Física e do Esporte**, São Paulo, v.25, p.53-65, dez. 2011.

SAMULSKI, D. M; NOCE, F. A importância da Atividade Física para à saúde e qualidade de vida: um estudo entre professores, alunos e funcionários UFMG. **Revista Brasileira de Atividade Física e Saúde**, v. 5, n.1, 2000.

SERSON, B. **Transtorno de ansiedade, estresse e depressões**: conhecer e tratar. São Paulo: MG editores, 2016.

SILVA, E. L.; MENEZES, E. M. **Metodologia da pesquisa e elaboração de dissertação**. Florianópolis: UFSC, 2005.

SOEIRO, R. S. P.; TUBINO, M. J. G. A contribuição da Escola de Educação Física do Exército para o esporte nacional: 1933 a 2000. **Fitness & Performance Journal**, v. 2, n. 6, p. 336-340, 2003.

STEIN, R. Atividade Física e saúde pública. **Revista Brasileira de Medicina do Esporte**, Porto Alegre, RS, v. 5, n. 4, jul/ago, 1999.

WORLD HEALTH ORGANIZATION - WHO. **Global action plan to promote physical activity 2018-2030**: more active people for a healthier world. Geneva: World Health Organization, 2018. Disponível em: <https://www.who.int/ncds/prevention/physical-activity/global-action-plan-2018-2030/en/>. Acesso em: 15 mar. 2020.

APÊNDICES

APÊNDICE A - PRAÇAS DESPORTIVAS DA CEL

Ginásio Poliesportivo (vista lateral)



Fonte: Autor

Campo Society e Quadra de Vôlei de Areia



Fonte: Autor

Quadra de Vôlei de Areia e Campo Society (vista lateral)



Fonte: Autor

Campo de Futebol (vista lateral)



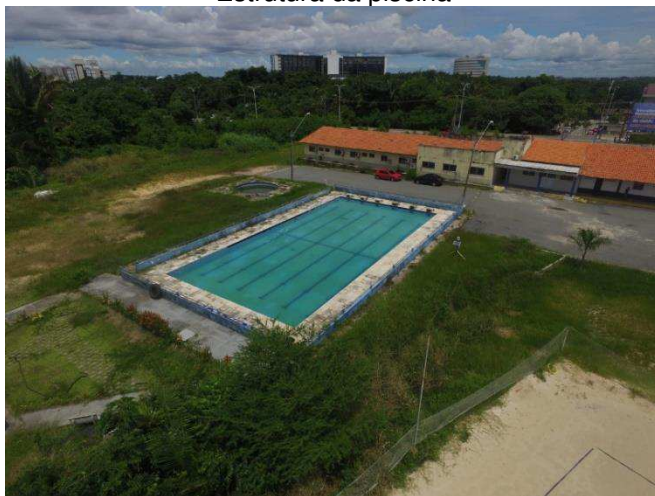
Fonte: Autor

Campo de Futebol (vista superior)



Fonte: Autor

Estrutura da piscina



Fonte: Autor

ANEXOS

ANEXO B - QUADRO ORGANIZACIONAL DA ACADEMIA DE POLÍCIA MILITAR GONÇALVES DIAS

ANEXO III - QUADRO ORGANIZACIONAL DA ACADEMIA DE POLÍCIA MILITAR GONÇALVES DIAS (APMGD)																																								
POLÍCIA MILITAR DO MARANHÃO										DIRETORIA DE ENSINO ACADEMIA DE POLÍCIA MILITAR GONÇALVES DIAS SAO LUIS - MA										QUADRO:01																				
DESCRIÇÃO		O F I C I A S P M										P R A Ç A S P M																												
QUADRO 7/QPM		Q O P M			QUADRO DE SAUDE						O O A		O O C		C O M B A T E N T E S					E S P E C I A L I S T A S					T O T A L	O B S														
POSTO/GRAD	CEL	TEN CEL	MAJ	CAP	1º TEN	2º TEN	TEN CE	MAJ	CAP	1º TEN	TEN CE	MAJ	CAP	1º TEN	MAJ	CAP	1º TEN	MAJ	CAP	1º TEN	S O M A	SUBTEN	1º SGT	2º SGT			3º SGT	CABO	SD	S O M A	SUBTEN	1º SGT	2º SGT	3º SGT	CABO	SD	S O M A			
ORG/FUNÇÃO	ORG/FUNÇÃO																																							
DIVISÃO DE ENSINO	CHEFE		1																		1															1				
	ADJUNTO			1																		1															1			
	AUX				1																	1																1		
	SEQ TEC	CHEFE		1																		1																1		
	ENSINO	AUX																					1				1	2											2	
	SEQ ED	CHEFE		1																		1																1		
	FÍSICA	AUX																					1				1	2										2		
	SEQ OR	CHEFE		1																		1																1		
	EDUCAC	AUX																						1					1										1	
	SEQ OR	CHEFE		1																		1																	1	
	PEDAG	AUX																					1					1											1	
	SMAP	CHEFE																				1																	1	
		AUX																						1				1	2										2	
	BIBLIOT.	CHEFE																				1																	1	
	AUX																					1		1				2										2		
SOMA DIV. ENSINO			1	5	1																2	9	2	2	2	1	3	10									19			
OBS. GERAIS																																								

Fonte: 1ª Seção

ANEXO C - QUADRO ORGANIZACIONAL DO COLÉGIO MILITAR TIRADENTES II

ANEXO I - QUADRO ORGANIZACIONAL DO COLÉGIO MILITAR TIRADENTES II (CMT II)																																									
POLICIA MILITAR DO MARANHAO													DIRETORIA DE ENSINO COLÉGIO MILITAR TIRADENTES UNIDADE II - CMT II										QUADRO:				QO														
DISCRIMINAÇÃO	O F I C I A S P M													P R A Ç A S P M										TOTAL	OBS																
	QUADRO / C				QUADRO DE SAUDE					QOA		QOC		COMBATENTES				ESPECIALISTAS																							
ORG/FUNÇÃO	CEL	TEN CEL	MAJ	CAP	1º TEN	2º TEN	TEN CEL	MAJ	1º TEN	2º TEN	TEN CEL	MAJ	1º TEN	2º TEN	CAP	1º TEN	2º TEN	CAP	1º TEN	2º TEN	SOMA	SUB TEN	1º SGT	2º SGT	3º SGT	CABO	SD	SOMA	SUB TEN	1º SGT	2º SGT	3º SGT	CABO	SD	SOMA	TOTAL	OBS				
COLEGIO MILITAR TIRADENTES - UNIDADE II - CMT II - IMPERATRIZ	CMDº																																								
	COMANDANTE DIR GERAL		1																			1															1				
	SUBCMD - DIR ADJUNTO			1																		1																1			
	SECRETARIA GERAL				1																	1	1			2	2	1	6									7			
	SV RELIGIOSO																					0																1			
	OPERADOR DE COMPUTADOR																										2	1	3										3		
	MOTORISTA																										1	1	2										2		
	DIRETOR ADM			1																		1																	1		
	SEC PESSOAL E REL. PUBLICAS					1																1		1	1					2								3			
	SEC DE MAT. PATR E FINANÇAS																1					1	1	1	1	2	3	7										8			
	SEC DE LABRAT. E BIBLIOTECA																					1		1		1	2												3		
	SEC DE APROVISIONAMENTO																					0	1			1	1	3											3		
	APOIO / SEGURANCA																										6	6												6	
	MOTORISTA																					0				1	1	2											2		
	ASSISTENCIA ODONTOLOGICA																					1																	1		
	ASSISTENCIA MEDICA						1															1																		1	
	ASSISTENCIA PSICOLOGICA																					1																		1	
	FORMAÇÃO SANITÁRIA																																	1	2	2	5	5			
	DIRETOR PEDAGOGICO			1																		1																		1	
	SEC DE COORD PEDAGOGICA				1																	1	1	1	2	2	2	8											9		
	SEC DE RECURSOS DIDATICOS						1															1		1		1	2												3		
	SEC DE ED. FIS E DESPORTOS				1																	1		1		1	2												3		
	SEC DE ASSISTENCIA SOCIAL																																								
CMT CORPO DE ALUNOS				1																	1				1	1													2		
1ª CIA					1																1		1				1												2		
2ª CIA						1															1		1				1												2		
3ª CIA							1														1			1			1												2		
4ª CIA								1													1			1			1												2		
SOMA - CMT II		1	3	4	5	1			1			1		1		1	1				19	3	4	5	8	12	18	50		1	2	2	5	74				74			
OBS: A sede do CMT II será no município de Imperatriz - Ma																																									
* A CARGO DE PROFISSIONAL DA AREA ESPECIFICA																																									
Fls:																																									

Fonte: 1ª Seção